



# Universidade de Brasília

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**CAIO EDUARDO OLIVEIRA LEASTRO**

**Ingresso no ensino superior e acúmulo de capital cultural como vetores para a mobilidade social de estudantes negros cotistas da UnB e suas expectativas de inserção no mercado de trabalho.**

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Sayonara Leal

**Brasília/DF  
2015**

**CAIO EDUARDO OLIVEIRA LEASTRO**

**Ingresso no ensino superior e acúmulo de capital cultural como vetores para a mobilidade social de estudantes negros cotistas da UnB e suas expectativas de inserção no mercado de trabalho.**

**CAIO EDUARDO OLIVEIRA LEASTRO**

**Ingresso no ensino superior e acúmulo de capital cultural como vetores para a mobilidade social de estudantes negros cotistas da UnB e suas expectativas de inserção no mercado de trabalho.**

**Brasília, dezembro de 2015.**

**Banca Examinadora**

---

**Profa. Dra. Sayonara Leal (orientadora)**

---

**Profa. Dr. ANA CRISTINA MURTA COLLARES**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar a minha Família, pela paciência e apoio durante a minha graduação, em especial a minha avó materna, minha mãe e minha tia gracita (in memoriam)

Aos meus dois irmãos Mikhail e Wladison.

Um agradecimento mais que especial ao grande Mestre do Bumba meu Boi, e meu “pseudo” avô Teodoro Freire (in memoriam)

Ao Carinho e dedicação de alguns professores da UnB em sempre me apoiarem e me compreenderem.

À Professora Sayonara pela disponibilidade e disposição em me atender.

E a todos os entrevistados que me ajudaram nas entrevistas para a monografia.

“No chains around my feet, but I'm not free

I know I am bound here in captivity”.

Bob Marley

## **Resumo**

O presente trabalho analisa a trajetória de mobilidade social de estudantes negros cotistas da Universidade de Brasília em dois movimentos basilares: quando ingressam na universidade e, nesse sentido, nos interessamos pelas suas trajetórias de vida acadêmica, escolar, social e quando saem do ensino superior diplomados e aspiram iniciar uma carreira profissional. Mas especificamente, tratamos da mobilidade intergeracional ocorrida no percurso educacional desses indivíduos a partir do ingresso à Universidade de Brasília, durante o período de 2010 a 2015. O objetivo central é observar qual era a situação dos estudantes em relação ao capital escolar/cultural que detinham antes e depois de se tornarem universitários em relação aos seus pais. Interessamo-nos também em verificar se houve mobilidade na posição de classe dos cotistas considerados nesta pesquisa. A partir de entrevistas semiestruturadas e dos grupos focais, podemos verificar como a Política de Ações Afirmativas permeiam o imaginário das pessoas que se envolvem diretamente com ela. Inferimos que a política de ações afirmativas, através do sistema de cotas, é um excelente mecanismo para a articulação do negro com as camadas mais altas da pirâmide da estrutura de classes.

Palavras-chave: Mobilidade Social. Cotas raciais. Desigualdade Social e Racial, Capital Cultural, Democracia Racial e UNB.

# INDICE

Introdução.....	10
Procedimentos Metodológicos.....	12

## Capítulo 1 (Resgate Histórico)

1) O início do contato Inter étnico e suas causas.....	16
1.1) A abolição e seus efeitos no país: empregabilidade da mão de obra negra.....	18
1.2) Armadilha Ideológica de Freyre? .....	24

## Capítulo II

### 2) Estratificação e Mobilidade Social no Brasil: a raça como marcador de classe social

2.1) Estratificação Segundo Marx.....	30
2.2) Estratificação Segundo Weber.....	31
2.3) Estratificação Segundo Bourdeiu.....	32
2.4) Estratificação Social.....	33
2.5) Escolarização e Mobilidade Social no Brasil: A política de ações afirmativas nas universidades Brasileiras como mecanismo de justiça social.....	39

## CAPITULO III

3) Políticas de Ações Afirmativas nas universidades brasileiras: o sistema de cotas para negros na Universidade de Brasília -UnB.....	42
3.1) Capital cultural na trajetória universitária de negros cotistas da UnB.....	54

## Capitulo IV

4) Analise dos dados: Capital Cultural, mobilidade social segundo cotistas negros da UnB	
4.1) Grupo Focal.....	59
4.2) Entrevistas.....	65

Considerações Finais.....	72
Bibliografia.....	77
ANEXOS.....	80

## INTRODUÇÃO

O objeto da pesquisa é o Ingresso no ensino superior e acúmulo de capital cultural como vetores para a mobilidade social de estudantes negros cotistas da UnB e suas expectativas de inserção no mercado de trabalho. Isto é, verificar em que medida a política de cotas afetou a trajetória de vida desses estudantes (trajetórias familiar, acadêmica e social) observando a influência do Capital Cultural (Objetivado=bens culturais; institucionalizado=diplomas; incorporado= Família) em relação a sua origem de classe social. Este trabalho tem como objetivo principal abordar a importância da Políticas de Cotas implementadas pela Universidade de Brasília para a mobilidade social de estudantes negros no período de 2010 a 2015. Com isso queremos verificar em que medida essa política incrementou em termos de oportunidades de acúmulo de capital cultural a estes estudantes para além da sala de aula. Nosso objetivo geral, ao realizar esse estudo, é o de avaliar a importância da participação do capital cultural para a mobilidade social de estudantes cotistas da UNB em seus trânsitos entre mundo social familiar, mundo social escolar e mundo social ensino superior. A investigação baseou-se na técnica de pesquisa qualitativa, sendo realizado entrevistas semiestruturadas e grupos focais com atuais alunos da UnB e entrevistas com ex alunos da Universidade de Brasília e com funcionários da UnB (pesquisadores, docentes e gestores). Nossa hipótese de trabalho consiste em verificar, como afirma Bourdieu, se o capital cultural no sentido incorporado tem relevância significativa para o desempenho dos estudantes, no nosso caso dos estudantes cotistas. Dado que consideramos, *a priori*, que exista uma diferença na trajetória de brancos e negros no Brasil e essa diferença repercute diretamente no capital escolar (capital cultural), uma vez que este capital está relacionado diretamente com o “capital de origem” (Família). Para Bourdieu (1998), o capital cultural é um mecanismo que favorece o êxito escolar. Estes estudantes devem ter comportamentos consoantes com à cultura legítima e essas exigências só podem ser plenamente atendidas por quem foi previamente (na família) socializado nesses mesmos valores.

A questão que nos propomos investigar neste trabalho, que dialoga com a hipótese de pesquisa, foi formulada da seguinte maneira: qual a importância do capital cultural para a mobilidade social no sentido ascendente dos estudantes cotistas?

Temos também alguns objetivos específicos como o de demonstrar que o mito da democracia racial é um poder simbólico e que este é fundamental para que o negro continue mantendo as posições mais baixas nas camadas sociais, bem como de “inculcar” no negro que o problema da sua posição social na hierarquia de status da sociedade brasileira é de classe e não de raça. Além, é claro, de poder tratar do espectro de compreensão das categorias de mobilidade de status escolar nas estatísticas oficiais da UnB em relação às questões étnico-raciais, fornecendo novos elementos de interpretação para possíveis alternativas de aprimoramento do atual sistema de cotas da UnB. E, por fim, construir uma base empírica que permita subsidiar estudos e análises sobre o tema.

Iniciamos nossa exposição tratando dos procedimentos metodológicos utilizados para execução deste trabalho. O capítulo 1 faz um histórico acerca da vinda da mão de obra Africana para o Brasil e as ideologias que colocaram o Africano em uma posição subalterna, o referido capítulo discute também a questão do Negro na inserção da sociedade de classes bem como a ideologia que permeia seu modo de existência na sociedade brasileira até os dias atuais, mantendo-o em uma posição de inferioridade se comparada ao branco. Posteriormente, no capítulo 2, discutiremos a questão da mobilidade social como conceito e chance de ascensão na estrutura de classes. O capítulo 3 trata do objeto de pesquisa deste trabalho, evocando a questão das Políticas de Ações Afirmativas no país e sua presença no sistema de cotas da UnB em correlação com o capital escolar e capital cultural dos estudantes e a mobilidade social em suas trajetórias.

Por fim, nas considerações finais discutiremos os resultados da pesquisa de campo aliado com a teoria de Capital Cultural, mobilidade social e cotas para ingresso de pessoas negras no ensino médio público no Distrito Federal, ou seja, na UnB.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se orienta, ao que concerne aos procedimentos metodológicos, pela lógica da pesquisa qualitativa. Salientamos a importância desse tipo de investigação em razão do destaque dado as suas potencialidades e limitações, bem como a validade e confiabilidade essenciais para a legitimação da pesquisa científica. (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011). No trabalho em questão a análise de conteúdo é aplicada como método de tratamento dos dados coletados a partir das técnicas de Entrevistas Semiestruturadas e Grupo Focal.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Para a pesquisa existem várias formas de documentos coletadas, como materiais textuais (questionários) notas de campo, diário de pesquisa, fichas de documentação, transcrição etc. Contudo, o material também foi documentado por áudios e outros, pois todas as formas de documentação têm relevância no processo de pesquisa, possibilitando uma adequada análise. (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2011). Como a análise de conteúdo constitui várias técnicas que trabalham os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2005), há a necessidade da descodificação do que está sendo comunicado. Para a descodificação dos documentos, o pesquisador pode utilizar vários procedimentos, procurando identificar o mais apropriado para o material a ser analisado, como análise léxica, análise de categorias, análise da enunciação, análise de conotações (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

No universo das pesquisas qualitativas, a escolha de método e técnicas para a análise de dados, deve obrigatoriamente proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos no período em questão. (CAMPOS, 2004).

Como a proposta da pesquisa é estudar as mensagens emitidas por sujeitos que estão diretamente relacionados com o problema de pesquisa, entende-se que a utilização da análise de conteúdo é a mais adequada para as entrevistas. O ponto de partida da Análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada.

Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido. Sentido que não pode ser considerado um ato isolado. (FRANCO,2005).

Análise de Conteúdo é, pois, uma busca descritiva, analítica e interpretativa do sentido que um indivíduo (ou diferentes grupos) atribuem à mensagem verbais ou simbólica (FRANCO,2005, p. 15). Neste sentido, Franco comenta que esse conjunto de técnicas tem por objetivo verificar se o julgamento e a leitura feita sobre uma mensagem é generalizável bem, como o de promover o esclarecimento e conhecimento de dados ligados ao objeto de análise. Ou seja, a análise de conteúdo serve como suporte para superar incertezas e aprofundar a leitura sobre um objeto. (BARDIN, Apud, FRANCO,2005)

Cada vez mais, porém, a análise de conteúdo passou a ser utilizada para produzir inferências acerca de dados verbais e/ou simbólicos, mas, obtidos a partir de perguntas e observações de interesse de um determinado pesquisador. (FRANCO, 2005, p. 11). A partir desse prognóstico desenvolveremos a conjuntura das entrevistas e do grupo focal.

Segundo o autor Gatti (2005), quando o pesquisador trabalha com a técnica de grupo focal, “há interesse não somente no que as pessoas pensam e expressam, mas também em como elas pensam e por que pensam”. Daí a importância de utilizar essa técnica na pesquisa. A utilização da técnica de Grupo Focal para coleta de dados se fez necessária para a captação das diferenças e divergências, contraposições e contradições que podem surgir através dos tópicos de discussão. (GATTI, 2005)

Nos grupos focais, o que interessa são as opiniões que emergem a partir do momento em que as pessoas em grupo passa a estar sujeitas aos processos psicossociais que ocorrem neste contexto e influenciam na formação de opiniões. No grupo focal, o pesquisador tem um papel menos diretivo, ocupando o lugar de facilitador do processo de discussão grupal. Sua relação é com o grupo, pois é ele que é tomado como a unidade de análise, ao contrário da entrevista grupal em que o pesquisador se dirige a cada indivíduo e o nível de análise que adota é o do indivíduo no grupo (GONDIM 2002; MORGAN, 1997)

Com isso, o mediador tem um papel fundamental para a operacionalização da pesquisa, uma vez que ele é o responsável por criar um ambiente propício para que diferentes percepções e pontos de vista dos entrevistados venham à

tona, sem que haja nenhuma pressão para que os seus participantes cheguem a um consenso ou estabeleçam algum plano conclusivo. (LERVOLINO E PELICIONI, 2001).

LERVONILLO E PELICIONI (2001) ressaltam ainda que:

Seus participantes devem ser homogêneos em termos de características que interfiram radicalmente na percepção do assunto em foco, visando garantir o clima confortável para a troca de experiências e impressões de caráter muitas vezes pessoal. É importante enfatizar, no entanto, que a busca pela homogeneidade da percepção do problema em algumas características pessoais não deve implicar na busca de homogeneidade da percepção do problema. Se assim fosse, o grupo focal perderia a sua riqueza fundamental, que é o contraste de diferentes perspectivas entre pessoas semelhantes. Enfim, a seleção dos participantes deve ser homóloga e não restritiva. (LERVOLINO; PELICIONI, 2001).

RÊSES (2004), por seu turno enfatiza que:

Essa técnica de pesquisa tem como principal característica o fato dela trabalhar com a reflexão expressa por meio da “fala” dos participantes, permitindo que eles apresentem, simultaneamente, seus conceitos, impressões e concepções sobre determinado tema. As informações produzidas são de cunho essencialmente qualitativo. A “fala” que é trabalhada nos grupos focais não é meramente descritiva ou expositiva. É uma “fala em debate”, pois todos os pontos de vista, impressões, visões e concepções de mundo expressos devem ser discutidos pelos participantes. Se o pesquisador deseja conhecer as concepções de um participante sem a interferência dos outros, a técnica de grupos focais não é a mais adequada. (RÊSES, 2004).

O grupo Focal foi realizado com 7 estudantes de dois campus da Universidade de Brasília, o campus Darcy Ribeiro e o campus FUP na região administrativa de Planaltina-DF. A intenção de utilizar o grupo focal como uma das técnicas de pesquisa era verificar, dentro de uma abordagem exploratória, testar aspectos operacionais bem como estimular o pensamento crítico entre esses estudantes.

A entrevista estruturada, por sua vez, foi feita com Pesquisadores/Professores e Gestores da Universidade de Brasília, todos eles funcionários do campus Darcy Ribeiro. O que buscamos nas entrevistas com essas pessoas foi um ponto de vista institucional em relação à política de ações afirmativas na Universidade de Brasília em quase doze

anos, bem como analisar suas experiências com a temática negra como professores, pesquisadores e gestores.

## CAPITULO I

### 1) Início do “contato” Inter étnico no Brasil e suas causas

Após a grande “descoberta” e dos esforços da coroa portuguesa no Brasil em manter as novas terras sob seu domínio se fazia necessário ocupá-las de uma forma ou de outra. Como o ouro no território brasileiro não havia sido descoberto ainda, havia uma expectativa de que uma hora esse metal precioso apareceria. Por isso, era necessário se instalar o quanto antes possível no país, primeiramente em razão dos metais preciosos e em segundo pela questão do direito romano do *uti possidetis, ita possideatis*<sup>1</sup>, uma vez que o tratado de Tordesilhas não era reconhecido pelos demais países Europeus (Fausto,1995), conseqüentemente, não restava outra opção além da ocupação territorial. Se fez necessário, então, o cultivo de grandes áreas para ocupação das terras, onde seus produtos seriam alocados para a exportação. Porém esse empreendimento necessitaria de uma massiva quantidade de mão de obra o que obrigaria a importação da mesma em grande escala, como observado por Furtado (2005)<sup>2</sup>, a mão de obra compulsória para essas terras seria sem dúvida a mais barata.

O esforço dessa empreitada foi tamanho a ponto de se legitimar a escravidão. Mesmo após a consolidação da escravidão negra no Brasil houve esforços nas ciências da época (Filosofia) para se inferiorizar o negro e de exaltar o Europeu, como pode ser observado em Kant, mas sobretudo em Hegel. A esse respeito tratava o autor:

Entre os negros é de fato característico que a sua consciência ainda não atingiu a intuição de uma objetividade, por exemplo, deus, a lei, na qual o homem está em relação com a sua vontade e tem sua intuição de essência (...) É um homem em estado bruto. (HEGEL, 1977, p. 183 - 187).

---

<sup>1</sup> Princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este.

<sup>2</sup> A obra em questão é Formação Econômica do Brasil.

Isto é, para Hegel o africano ainda estava no estado de natureza bruto, ou na noção Kantiana no estado “imaturidade” ou “minoridade”.<sup>3</sup> Além da filosofia, essa noção racalista operava através da perspectiva do Cristianismo, assim como lecionava o teólogo português, Antônio Vieira, que os africanos na África iam para o inferno por causa de seu paganismo e cultos satânicos; no Brasil eram escravos, como um purgatório, para depois da morte conseguir o céu. (DUSSEL, 1993).

Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Nos dizeres do historiador Fausto:

Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África e assim apenas transportavam-se cativos para o mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. Além disso, o negro era considerado um ser racialmente inferior. (FAUSTO, 1995, p.52).

Apesar do próprio esforço institucional que legitimasse a escravidão a partir da ótica da lei, da filosofia, da religião e da moral, o próprio contato com a diversidade cultural se mostra discriminatória, segundo Levi- Strauss:

Tende a reaparecer [etnocentrismo] em cada um de nós quando somos colocados numa situação inesperada, consiste em repudiar pura e simplesmente as formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas mais afastadas daquelas com que nos identificamos. (LEVI - STRAUSS, 1973, p.4)

O contato Inter- étnico de povos diferentes já traz em si essa relação de etnocentrismo, vejamos o que FERNANDES e BASTIDE tratam da questão:

É obvio que o preconceito racial constituiu uma das modalidades do fenômeno considerado, aquele em que as diferenças raciais reais ou imaginárias, representadas etnocentricamente, se tornam as fontes ou os canais de seleção dos atributos imputativos estereotipáveis. Ele já foi definido sociologicamente como “um mecanismo de consciência grupal, que atua reflexiva e automaticamente a resposta a seus próprios estímulos”. Nesse sentido, parece que o preconceito racial tende a desenvolver-se como consequência natural do contato intermitente ou contínuo de pessoas ou grupos pertencentes a “raças” diversas. (FERNANDES; BASTIDE, 1951, p. 326 e 327).

---

<sup>3</sup> Mais a esse respeito pode ser visto em KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é esclarecimento?

No caso brasileiro é de extrema relevância a noção do etnocentrismo, que, por conseguinte, engendrará o racismo, que será um dos mecanismos de sumária importância para a organização e manutenção da ordem escravocrata. A esse respeito Cardoso traz que:

A cor e diferenças raciais são elementos refeitos em seus significados culturais para manter uma situação Inter étnica desigual, potencialmente violenta, altamente espoliativa, mas que se acomodavam, graças aquelas redefinições culturais, evitando a explosão daquela ordem. (FERNANDES; BASTIDES, 2008, p. 12)

Florestan Fernandes e Roger Bastide, nessa mesma perspectiva sociológica assim observam que:

É evidente que o preconceito racial, assim concebido, cai sob o campo de análise sociológica em termos da função por ele desempenhada no sistema de relações sociais. É deste ângulo que se pode compreender e explicar “como” e “por que” o preconceito racial, com os padrões de comportamento e as práticas coletivas correspondentes, se forma, se perpetua e se transforma. (FERNANDES; BASTIDE, 2008, p. 271).

Assim, infere-se que sem o preconceito racial, como meio ideológico, provavelmente a escravidão não pudesse ter vingado nem aqui e nem em outras partes do mundo. É bom enfatizar que esse aparato ideológico não será utilizado somente no período escravocrata, será, inclusive, após o período em questão que ele terá maior eficácia, sobretudo ao que concerne ao mito da democracia racial como discutiremos a seguir

### **1.1) A abolição e seus efeitos no país: empregabilidade da mão de obra negra**

Com o fim da escravidão no Brasil, em 1888, e com o advento da sociedade capitalista no país, a estratificação racial é solapada, assim tanto negros quanto brancos podem ser empregados como empregadores. A noção de senhor é

abolida juntamente com a escravidão. A cor passa não mais representar um dado extrato social, as classes sociais se difundem no país, e com ela, a possibilidade de uma mobilidade social que pode ser tanto ascendente quanto descendente no jogo da competição pela melhor posição possível no mercado de trabalho. Com o início da industrialização no Brasil a competição entre brancos e negros passa a ser estimulada, as ideias racialistas que contribuía para a operacionalização do antigo regime não vigoram mais. A eugenia é vista com ojeriza, noções como de um país miscigenado, de união entre as raças e de coexistência pacífica, bem como a noção de meritocracia e o ideal de democracia racial servem como bandeiras dessa nova sociedade que se configura a partir de 1889 e se expressa na constituição de 1891. Contudo essas ideias não se consubstanciam na prática na sociedade brasileira, demonstrando-se ser na realidade um tanto quanto falaciosas, ou como diria Florestan Fernandes, um mito que ajudou à burguesia brasileira a manter sua posição de privilégio na estrutura de classes (FERNANDES; BASTIDE, 2008).

Para constatar se essas aspirações da época são factíveis ou não, não é preciso ir muito longe, uma breve noção dos fatos históricos já é suficiente para contestar esse ideário brasileiro que foi divulgado para o mundo. Em primeiro lugar, os fazendeiros do Brasil Imperial sempre foram contrários ao fim da escravidão, que, em certa medida, era defendida pelo imperador. Estes mesmos fazendeiros foram responsáveis por incentivarem a política de imigração da mão de obra estrangeira que iria substituir a mão de obra ex-escrava. A primeira república, como demonstra a história, foi a república oligárquica dos fazendeiros. Por mais que a constituição de 1891, no seu art. 72, § 2º, dispusesse de forma inovadora que: “Todos são iguais perante a lei. A república não admite privilégios de nascimento, desconhece os foros de nobreza, e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho”. Tal dispositivo não demonstrou gerar qualquer efeito benéfico em favor dos negros, como atestam FERNANDES E BASTIDE:

A igualdade jurídica não garantia aos negros e mestiços uma participação integral de todos os direitos sociais, em particular não podia ter nenhum efeito com referência àqueles que eram assegurados

aos brancos acima do próprio sistema jurídico, através da situação econômica e da posição social. (FERNANDES; BASTIDE, 2008, P. 146).

Os autores acima continuam alertando que: “Sob o manto da igualdade jurídica e política, mantinha-se não só a desigualdade econômica e social entre brancos e pretos, mas ainda a antiga ideologia racial, com todas as ilusões que ela encobria”. (FERNANDES; BASTIDE, 2008, P.273). Isto é, garantir através do aparato jurídico não foi suficiente para que houvesse uma radicalização na estrutura de classe, que podia se supor.

Apesar dos mecanismos jurídicos não garantirem de imediato uma ascensão do negro na estrutura de classe brasileira, é interessante observar que dentro da literatura sobre a questão escravista no Brasil há um consenso em relação a dependência do escravo com o seu ex- senhor, assim findado a escravidão no país o negro foi abandonado, restando-lhe lutar pelos seus interesses através de seus próprios meios. A dificuldade resultante dessa dependência e desprezo, porém, não foi suficiente para que os negros quisessem abandonar o país, segundo Marcia Araújo, os negros queriam permanecer no Brasil e aqui conquistar poder. Para tanto, a educação [e o mercado de trabalho] estavam colocadas como instrumento de conquista à civilidade necessária para que o negro lograsse êxito nas disputas pelo espaço sociocultural, econômico e político. (ARAÚJO, 2015)

Os meios de luta foram, dentre outros, os movimentos pós abolicionistas, a imprensa negra, e o movimento negro. A esse respeito diz Fernandes:

São [os movimentos sociais negros] movimentos que procuram libertar os negros de uma herança social incomoda e aniquiladora, a qual dificulta e impede a sua incorporação ao regime de trabalho livre e ao sistema de classes sociais, substituindo-a por valores sociais novos, coerentes com a configuração emergente da vida social urbana. (FERNANDES; BASTIDE, 2008, p. 236)

Como uma das reivindicações do movimento negro na época consistia na inserção do negro no mercado de trabalho, conforme o Estado fosse atendendo as demandas do movimento, resultava no seguinte fenômeno, o movimento passava a

simpatizar com o governo da época (VARGAS) e ao mesmo tempo havia um esfriamento das lutas do movimento, sobretudo a partir da Ditadura Vargas, que se consubstanciava através, da política de proteção ao trabalhador brasileiro e a tutela de seus sindicatos (. (FERNANDES; BASTIDE, 2008). Sobre esse episódio dirá Florestan Fernandes: “Acontece, porém, que a implantação da Ditadura no Brasil (em 1937)<sup>4</sup> acabou refletindo-se na estagnação dos movimentos sociais dos negros. ” (FERNANDES; BASTIDE, 2008, P. 238). Segundo o próprio autor, antes da ditadura o movimento negro vinha em crescente evolução. E essa cisão se dá em razão da ditadura ser favorável à competição entre negros e brancos no mercado de trabalho, dada a expansão das cidades e da escassez de mão de obra. (FERNANDES; BASTIDE, 2008,).

De todos os movimentos negros que se originaram desde a abolição até o início da revolução de 30, a Frente Negra Brasileira (FNB)<sup>5</sup> merece destaque, em primeiro lugar por ter sido o primeiro movimento negro de caráter político e, principalmente, porque a entidade conseguiu fazer o que os outros grupos não fizeram, como a criação de escolas de alfabetização para crianças e adultos voltada, especificamente, aos negros (inclusive os professores eram negros como forma de identificação). Além disso, a FNB fomentava outras atividades como, grupo musical, cursos técnicos, departamento jurídico, teatro, time de futebol além de oferecer serviços médicos e odontológicos. (DOMINGUES, 2007) Todas essas informações eram veiculadas através de um jornal próprio chamado de “A voz da raça”.

A Frente Negra Brasileira, tinha por princípio educar (no sentido lato) os negros, seja para a melhoria na sua posição de classe ou de status na pirâmide social brasileira, oferecendo esses mecanismos supracitados para a consecução desse fim. Porém, a FNB por seu envolvimento com o governo Vargas, passa a ser cooptado pela política do governo da época e dedica-se a criar um partido político, e aderir, por mais contraditório que pareça, a noções nazifascistas, e claro, a noção de um Estado forte e independente. Até ser fechado em 1937 com o golpe de Vargas. (DOMINGUES, 2007).

---

<sup>4</sup> Grifo meu

<sup>5</sup> Uma leitura mais pormenorizada pode ser feita em: O movimento negro ao longo do século XX: Notas históricas e alguns desafios atuais, Cesar Mangolin de Barros.

Por mais paradoxal que isso possa parecer, no que concerne ao esfriamento do movimento negro no governo Vargas, (exceto pela FNB até 1937) a ciência política brasileira reserva uma explicação interessante para esse fenômeno. Ao utilizar técnicas de análise multivariada, a partir de dados eleitorais dos anos 1960, e controlando os efeitos de outros possíveis determinantes que tenham efeitos na posição social, tais como a posição na classe social e o nível de educação, a partir dos dados das eleições de 1960, comprova-se que os negros votaram mais consistentemente em Jango do que os brancos, independentemente de sua situação socioeconômica. Dessa forma, observa-se um posicionamento, pelo menos por parte da ciência política brasileira, na ideia de um certo padrão de voto negro, que era sistematicamente voltado aos políticos de cunho mais populistas e trabalhistas. (GUIMARAES, 2002, p. 82).

Além disso, poderíamos considerar outra explicação para o esfriamento do movimento negro a partir do Estado Novo, poderíamos afirmar categoricamente que a sociedade industrial rechaça o racismo como forma de seu próprio desenvolvimento:

Segundo essa linha de raciocínio [entre industrialismo e racismo], à medida que as sociedades industriais se desenvolvem o princípio do *achievement* e critérios adquiridos tendem cada vez mais a governar o mecanismo de alocação de posições e formação de grupos sociais. Em consequência, critérios como a raça e a etnia não apenas seriam alheios à lógica da industrialização – estando, portanto, condenados a deixar de ser socialmente relevantes – como a continuidade de sua operação tenderia a gerar uma série de obstáculos à modernização. (HASENBALG e SILVA, 1988, p.119).

Percebe-se aqui que houve, em razão da industrialização incipiente no país, uma introjeção do negro na sociedade de classe. Contudo, apesar dos benefícios trazidos pela era industrial o negro continua estigmatizado, pauperizado. Palavras como negro e pobreza são tidas como sinônimos no senso comum. Mas, de fato, quais seriam as causas da pobreza da população negra? Porque preto e pobre viraram sinônimos? A esse respeito Guimarães tem uma resposta, que engloba noções da economia quanto de política:

Quais são as causas da pobreza negra? A explicação normalmente aceita, tanto pelos governos, quanto pelo povo, é de que a discrepância

entre brancos e negros deve-se ao passado escravista. Seria, portanto, uma herança do passado, que desapareceria com o tempo. Tal explicação, embora tenha um cerne de verdade, esconde alguns problemas graves. Primeiro, isenta as gerações presentes de responsabilidade pela desigualdade atual; segundo, oferece uma desculpa fácil para a permanência das desigualdades (“como reverter em cinco anos o que é produto de cinco séculos?”), esta tem sido a frase mais repetida pelos diversos governos republicanos, inclusive o atual); terceiro, deixa sugerido que os diversos governos tem buscado corrigir, gradualmente, tais disparidades (as vezes, mais que sugerido, o argumento é explícito entre os economistas: é preciso que a economia cresça para que os problemas sociais resolvam-se naturalmente. (GUIMARAES, 2002, p.64- 65)

Florestan Fernandes em suas extensas obras analisa que há dois problemas na inserção do negro a sociedade de classes. O primeiro problema seria de cunho mais marxista onde o autor percebe o negro numa situação de proletariado a segunda seria de cunho racial. Em relação ao problemática do negro com o capitalismo assevera o autor:

O regime de classes vincula-se, portanto, a um aumento crescente das desigualdades econômicas, sociais e políticas, preservando distancias e barreiras sociais antigas nas relações entre estratos sociais diferentes, ou engendrando continuamente novas” (FERNANDES, 1968, p. 69)

Complementarmente em relação à raça podemos abordar o seguinte posicionamento:

A raça teria um efeito líquido, o que significa que ter nascido preto ou pardo constringe as chances do alcance educacional de um indivíduo independentemente da educação dos pais, da ocupação do pai, do sexo e do fato de ter vivido em área rural ou urbana até os 15 anos de idade. As transformações socioeconômicas trazidas pelo processo de industrialização ainda pioram essa situação. (FERNANDES, 2005, p.47)

Florestan Fernandes em seus trabalhos inova na análise das categorias e explora uma noção que é fundamental para que possamos entender a razão pela qual o negro continua ocupando os estratos mais baixos da sociedade brasileira apesar da igualdade jurídica e da sua introjeção na sociedade de classes. A homologia entre negro e pobreza está assentada em uma correlação histórica e analítica expressa em efeitos

permissivos da ideologia racial brasileira os quais se pautam em variáveis como cor, educação e origem social. No próximo item iremos explorar com mais acuidade a questão da ideologia racial no país.

## **1.2) Armadilha ideológica de Freyre?**

O conceito de ideologia em Marx figura como essencial para a compreensão e desmitificação de um mecanismo que faz com que os próprios negros acreditem a situação na estrutura de classe como sendo um problema de classe e não de raça. Obviamente, Marx não trata da questão da ideologia direcionada à discussão do racismo de cor, mas, a noção marxista de ideologia serve para aludir aqui qual seria a ideologia racial no Brasil, que para muitos autores foi semeado por Gilberto Freyre.

De acordo com a perspectiva marxista de ideologia, Bourdieu (1989) entende as ideologias como um produto coletivo e coletivamente apropriado que servem a interesses particulares e que tendem a se apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. (BOURDIEU, 1989 p. 10). A democracia racial, por seu turno, é consoante com essa proposição.

Nesse sentido, podemos observar a eficácia desse aparato ideológico no Brasil, ao mesmo tempo que contribui para manter a estrutura de privilégios dos brancos e a subordinação da população negra, o sistema ideológico evita que a raça se constitua em princípio de identidade coletiva e ação política. A eficácia da ideologia racial imperante se traduz no esvaziamento do conflito racial aberto e da articulação política da população negra, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de apelo a um alto de grau de coerção. (HASENBALG; SILVA, 1988).

Essas ideias funcionam como “uma falsa consciência” e são fundamentais para que se propague no Brasil o que sociólogo Argentino Carlos Hasenbalg definirá muito bem como o mito da democracia racial. Nos termos do autor: “Democracia racial pode ser vista como um meio cultural dominante cujo principal

efeito tem sido o de manter as diferenças inter-raciais inteiramente fora da arena política, como conflito apenas latente. ” (HASENBALG, 1994, p. 2). Essa ideia foi fundamental para que se sedimente uma ideologia na qual será responsável em grande medida, pelo negligenciamento de políticas de cunho racial durante muito tempo. Isto fica claro nas palavras de Florestan:

Apesar dos ideais humanitários que inspiravam as ações dos agitadores abolicionistas, a lei que promulgou a abolição do cativo consagrou uma autêntica exploração dos escravos pelos senhores. Aos escravos foi concedida uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou de assistência compulsória; aos senhores e ao Estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referência às pessoas dos libertos, abandonados à própria sorte daí em diante. (FERNANDES; BASTIDE, 2008, p. 65)

A análise sociológica da relação de castas, no Brasil, que é definida através da cor, é também importante para que se possa entender a relação da antiga ordem social com a nova ordem. Como dizia Fernando Henrique Cardoso no índice do livro de Florestan: “A Relação de preconceito de cor e a discriminação racial se complementavam para preservar a ordem escravocrata” (FLORESTAN, 2008). No entanto, essa discriminação não só preservou a ordem escravocrata como foi fundamental para a preservação da nova sociedade de classes, nesse ponto observa muito bem Florestan que:

O preconceito racial não é, em si mesmo, um componente imediato da estrutura social. Mas interfere no ajustamento de seres humanos em situações sociais que se repetem, isto é, em situações sociais que fazem parte da estrutura social ou da esfera de ajustamentos espontâneos da organização social, sujeitos, no entanto a controle social. (FERNANDES; BASTIDE, 2008, p. 271)

Para Florestan apesar do reconhecimento jurídico da abolição, que colocaria o negro como sendo livre, o mesmo não se pode dizer em relação à mobilidade social que foram extremamente lentas, segundo o autor:

É que a transição precisava se operar com um processo histórico- social: o negro deveria antes ser assimilado à sociedade de classes, para depois ajustar-se às novas condições de trabalho e ao novo status econômico-

político que adquiriria na sociedade brasileira. (FERNANDES; BASTIDE, 2008, p. 89)

Apesar do reconhecimento da introjeção do negro na sociedade de classe, assevera Florestan: “O preconceito de cor, cuja função era justificar o trabalho servil do africano, vai servir agora para justificar uma sociedade de classes, mas nem por isso vão variar os estereótipos antigos; mudarão apenas as finalidades” (FERNANDES; BASTIDE, 2008, p. 21) Isto é, não bastasse a herança passada trazida e vivida pelos negros a partir da nova ordem, essa herança será determinante para a definição dos negros nas ocupações das posições das classes sociais.

Para além da discriminação de raça, há outras desvantagens nas trajetórias sociais vividas pelos negros no Brasil, a esse respeito Hasenbalg e Silva (1992) chamam atenção para o que definem como o “ciclo cumulativo de desvantagens dos negros”. Os autores demonstram, a partir de dados estatísticos, que cada estágio da competição social é desvantajoso para o negro, começando pelo ponto de partida, ou seja, sua herança do passado, e que vai acumulando-se nos demais estágios, como nas áreas de educação e mercado de trabalho. Essa engrenagem faz com que esse ciclo vicioso seja constante mesmo com a implementação de certas políticas.

É sabido que dentro das ciências sociais Gilberto Freyre é alvo de severas críticas em relação as sociabilidades entre negros e brancos no país. Sobre isso CARDOSO (2008) pondera:

A importância da obra de Gilberto Freyre e suas análises sobre o amestiçamento cultural e racial dos brasileiros. Pelo contrário, tanto a ideologia das relações ditas cordiais como as práticas mais suaves de tratamento da Casa-Grande e o ambiente cultural –sentimental que envolvia as relações entre negros e brancos, assim como a maior aceitação do mestiço, do mulato, formavam parte das acomodações Inter étnicas que impediam as relações de conflito aberto e jogavam importante papel na ordem escravocrata (e posteriormente também na sociedade de classes). (FERNANDES; BASTIDE, 2008, p.12)

Hasenbalg, por seu turno, trata Freyre como o criador dessa arma ideológica:

A interpretação oficial dada hoje às relações de raça teve sua versão acadêmica formulada no início dos anos 1930 por Gilberto Freyre. Ao enfatizar as contribuições positivas de africanos e ameríndios à cultura brasileira, este autor subverteu as suposições racistas de analistas sociais contemporâneos como Oliveira Vianna. Ao mesmo tempo, Freyre criou a arma ideológica mais formidável contra os negros. Sua ênfase na plasticidade da cultura do colonizador português e na ampla miscigenação da população brasileira o conduziram à noção de uma democracia racial. O corolário implícito desta ideia é a ausência de preconceito e discriminação raciais e, conseqüentemente, a existência de oportunidades econômicas e sociais iguais para brancos e negros. (HASENBALG e SILVA, 1988, p. 164)

Além de Cardoso e Hasenbalg, diversos outros autores condenam e consideram temerário as ponderações de Freyre sobre a democracia racial no caso brasileiro. No entanto, gostaríamos de fazer uma ressalva, os críticos de Freyre talvez não consigam ver, que em razão do Brasil não ter adotado mecanismo de coerção “legal” como a África do Sul (Apartheid) e os Estados Unidos (Jew Crow), isso influenciou Freyre a pensar o lado positivo da escravidão, valorizando a presença negra no Brasil, que enriqueceu o país com sua vasta cultura. Enaltece também a miscigenação na sociedade brasileira, um dos fatores que possibilitou a consolidação da colonização portuguesa. Faz alusão às relações domésticas relacionadas às ama-de-leite e mucamas, que seriam doces e alegres, amenizando assim a relação entre senhores e escravos. (REIS, 2000). Não seria exagero pensar que qualquer pessoa estaria suscetível a tirar as mesmas conclusões de Freyre dada as circunstâncias relacionais entre brancos e negros no Brasil da sua época.

Com isso não queremos dizer que a ideologia da democracia racial não seja eficaz para manter a aparente harmonia entre negros e brancos no quadro das relações sociais no país, porém crucificar Freyre por isso incorre em um equívoco, porque muitos dos críticos do sociólogo pernambucano não conseguiram enxergar que o mito da democracia racial opera como um poder simbólico (Bourdieu, 2003), aliás, o mito da democracia racial é um poder simbólico, que reflete em uma violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas,<sup>6</sup> que se exerce essencialmente pelas vias

---

<sup>6</sup> Vítimas aqui é entendido como o agente que, tanto reproduz a ação (violência) como quem a recebe.

puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2003, p. 7-8). Nos termos de Bourdieu:

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua como o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. [...] Em outros termos, ela encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica (no sentido amplo da palavra) no imenso trabalho prévio que é necessário para operar uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta; ação transformadora ainda mais poderosa por se exercer, nos aspectos mais essenciais, de maneira invisível e insidiosa, através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e de experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação.<sup>7</sup> (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Não temos, aqui, a intenção de advogar contra ou a favor se de fato o mito da democracia racial é uma armadilha ideológica de Freyre. Ele (mito) existe, difundiu-se e teve uma função simbólica nas relações entre negros e brancos no Brasil. Por isso, é de sumária importância entender a força do mito, como uma violência simbólica, para nos auxiliar a compreender os processos que mantêm o negro ocupando, majoritariamente, as posições de pouco prestígio social. Além é claro de refletir em outras esferas sociais que dão como “naturalizadas” a posição dos negros.

Devo salientar, antes de entrarmos no próximo capítulo, a necessidade de toda a discussão até aqui, ou seja, desde o primeiro capítulo que tratou do início da escravidão até este capítulo que tratou do mito da democracia racial no Brasil. Foi, somente com o intuito de não se levar em consideração proposições anti-cotas, pois estas, sempre se camuflam em cima dessas armadilhas ideológicas sempre no intuito de deslegitimar a política de ações afirmativas no país. Em outros termos, tudo que foi

---

<sup>7</sup> Grifo meu.

desenvolvido até aqui é uma forma de demonstrar as estratégias a partir das quais os discursos anti-cotas operam.

## **CAPÍTULO II**

### **2) ESTRATIFICAÇÃO e MOBILIDADE SOCIAL no Brasil: a raça como marcador de classe social.**

Como o trabalho parte da raça como vetor de estratificação social, é difícil falar de mobilidade sem se referir à classe social, afinal a mobilidade opera dentro da estrutura de classe em paralelo com o quadro de estratificação social. Neste sentido, Karl Marx e Max Weber oferecem reflexões promissoras para pensarmos as relações entre classes e estratos sociais, no entanto, o objetivo aqui não é discutir exaustivamente a respeito das posições dos autores, mas somente abordar de maneira geral e de que maneira esse conceito será utilizado para a consecução do trabalho.

#### **2.1) Estratificação social segundo Marx.**

O pensador Alemão K. Marx, sempre observou em seus estudos que havia estratificação social em todos os tipos de sociedade, desde as civilizações mais antigas até as atuais, no entanto, o seu foco principal sempre foi feito a partir do um recorte de desigualdade, em última instancia de renda. Não renda no sentido que atribuímos hoje em dia, mas no sentido dos detentores dos meios de produção. Por mais que Marx observa-se que os modos de produção eram transitórios, o autor percebia que as questões relativas à estratificação social estariam sempre ligadas à Infraestrutura (materialismo histórico), ou seja, independentemente do modo de produção (Escravocrata, Feudal, Capitalista, etc.) a desigualdade sempre seria em relação a renda, ou melhor a quem detinha de forma legítima os modos de produção.

Segundo Marx, as relações sociais durante qualquer período da história dependem de quem controla os modos de produção, e em razão disso haveria sempre uma luta de classes, entre detentores e não detentores. O panorama marxista observa que a dinâmica social se configura somente a partir da divisão da sociedade em classes, seja qual fosse o modo de produção. (Senhores e Escravos; Plebeus e Patrícios; Proletários e Capitalistas, etc.). Desconsiderando totalmente as outras formas de poder (capital) que operavam dentro da estrutura social. Segundo o autor: “A história de todas as sociedades que existiram até os nossos dias tem sido a história das lutas de classes”. (Marx, 1999, p. 7)

Portanto, dadas as suas limitações, o marxismo, não pode ser visto como uma tentativa de explicar as desigualdades sociais procedentes de fontes diversas das relações com os meios de produção. É, pois, um erro considerar-se a teoria marxista como mais uma teoria da estratificação social. (STOLZMAN; GAMBERG, 1973)

## **2.2) Estratificação social segundo Weber.**

Weber reconhece, diferentemente de Marx, que somente a dimensão econômica não é suficiente para explicar a dinâmica social. Definindo assim a ordem social em: classes, estamentos e partidos, que seriam os fenômenos da distribuição de poder dentro de uma sociedade (WEBER, 1974, p.212).

Entende-se por poder “a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (WEBER, 1974, p.211).

Weber não define as classes sociais como comunidades, como faz pensar Marx ao elaborar a noção de consciência de classe. A classe é, para Weber, definida como um grupo de pessoas que possuem em comum um componente específico nas suas oportunidades de vida, componente, este, vinculados somente aos interesses econômicos, ligados à posse de bens e a oportunidades de rendimentos, obtidos sob condições específicas do mercado de trabalho. Sendo assim classe refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontra na mesma situação de mercado. (Weber, 1971, p. 63)

Ao reconhecer que as relações entre os agentes sociais não se explicam somente pela situação de mercado, mas também por outros condicionantes, como a relação de *status* ou pela política, o autor sugere elementos importantes para a observação analítica da ordem social. É o que demonstra o conceito de grupos de status. Quando Weber fala de grupos de status, ele o trata fora de uma conjuntura que pudesse elucidar um debate teórico sobre as classes sociais. Apesar de ambas comporem a ordem social elas operam de forma diferente, apesar de poder haver, também, a influência mútua desses elementos um sobre o outro. A classe social situa-se no terreno da ordem econômica. Já o poder político e a honra social não se definem no terreno da classe, ou seja, na esfera econômica. Weber acrescenta ao exame da dinâmica histórica, a problemática dos grupos de status, que pertencem à ordem social, distinta de ordem econômica:

Podemos denominar de “ordem social” a forma pela qual a honra social se distribui numa comunidade entre grupos típicos participantes dessa distribuição. A ordem social e a ordem econômica estão ambas, é evidente, relacionadas com a “ordem legal”. Entretanto, a ordem social e a econômica não são idênticas. A ordem econômica é para nós apenas a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e utilizados. A ordem social é, obviamente, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez reage a ela. Assim: “classes”, “grupos de status” e “partidos” são fenômenos de distribuição de poder dentro duma comunidade (Weber, 1971, p. 62)

Todavia, a relação weberiana entre a ordem social e a formação ou existência de grupos de *status* é obscura, pois Weber usa o termo “grupo de status” ao se referir tanto às organizações sociais feudais ou patrimoniais quanto aos grupos de *status* no capitalismo moderno. (HASENBALG, 2005, p. 107)

### **2.3) Estratificação segundo Bourdieu**

Bourdieu propõe a construção da teoria que consiga perceber o espaço social em sua totalidade, no que concerne a posição dos indivíduos dentro deste espaço. Para tanto a adoção dessa hipótese implica em rupturas com a teoria de classe marxista. Isto é, ruptura com o economicismo na definição de classe. O espaço social seria, segundo Bourdieu, a gênese das classes sociais, onde a noção dos agentes (integrantes do espaço social) seria definida através da posição que ocupassem dentro deste espaço.

A partir da noção de espaço social Bourdieu vem definir o que seria classe social dentro de uma perspectiva multidimensional. Classe para Bourdieu, no sentido lógico do termo seria : "conjunto de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, tem, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes". (Bourdieu, 1989, p. 136). A definição de classe no sentido marxista para Bourdieu seria uma classe no papel (classe predominantemente teórica).

O autor também partilha da noção do espaço social como sendo multidimensional (não é determinado somente por uma variável, como faz pensar Marx), na qual os indivíduos ocupam posições específicas de modo relacional. A posição na estrutura de classe de cada pessoa é definida através de duas formas: a quantidade de capital que cada agente possui, bem como pelo tipo de capital que cada um possui, ou seja, econômico, social, simbólico, cultural, político, etc. O capital seria, portanto, para Bourdieu (2010), uma característica das diversas formas que configuram o poder, ou seja, de probabilidades de ganho em cada campo do espaço social. Mesmo nessa perspectiva estruturalista, Bourdieu tenta evitar o determinismo ou a uniausalidade: A classe social não é definida por uma propriedade nem por uma soma de propriedades, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas (BOURDIEU, 2008).

No que tange a posição do indivíduo dentro da estrutura de Classes Bourdieu considera que:

A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa ('superior', 'média' ou 'inferior'), numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória, que um corte sincrônico apreende, contem sempre o sentido do trajeto social. (BOURDIEU, 2009, p. 7).

Por isso, uma classe social nunca pode ser definida apenas pela sua situação e posição numa estrutura social, mas sim pelas relações objetivas que mantem com outras classes. (HASENBALG, 2005, p. 108)

Com efeito, as hierarquias de atributos, qualidades e realizações em que o *status* se baseia não são dadas naturalmente. São construídas socialmente e, como tais, são susceptíveis à manipulação por grupos sociais poderosos. Nas sociedades contemporâneas, indivíduos formalmente iguais permanecem diferenciados e estratificados de acordo com diversos critérios, incluindo classe econômica, origem étnica e gênero. (OLIVIER, 2009, p. 23)

Nessa perspectiva pensar a estrutura social como uma relação de jogo confere a alguns ganhos e perdas dado a estrutura desigual de recursos e de oportunidades sociais manifestada numa dada etapa do ciclo de vida tende, por conseguinte, a produzir um impacto causal nas etapas seguintes, chegando a ter, em algumas situações, uma feição de cumulação de desvantagens, o que pode potencializar a transmissão da desigualdade. “ (HASENBALG E SILVA, 2003 p. 37)

#### **2.4) Estratificação Social**

Optou-se, por fim, em reconhecer a estratificação social como um campo que opera dentro de um espaço multidimensional. Assim sendo, o conceito weberiano é o que mais se adequa ao tema, em razão de Weber definir a estrutura social em três partes, a saber, lembrando: Classe, Grupos de Status e Partido. Para nós só interessa os dois primeiros.

O estudo da estratificação é de sumária importância para se entender a mobilidade social e, por conseguinte, as oportunidades na trajetória de vida dos indivíduos, a esse respeito explica Pastore:

O estudo da estratificação e da mobilidade social ocupa uma posição central na produção sociológica contemporânea, embora as raízes desse interesse possam ser localizadas em Karl Marx e, sobretudo, em Max Weber. Orientada para o problema da desigualdade e de sua transmissão entre gerações, é nessa área de pesquisa que se vai buscar as respostas às questões relativas à distribuição de oportunidades e à estrutura de classes das sociedades. (PASTORE, 2000, p.15).

A mobilidade social é um tema abordado por diversos autores. De acordo com Ramos (2006), trata-se do movimento, ascendente ou descendente, na escala social. Serve para medir a igualdade de oportunidades em uma determinada sociedade. Jannuzzi (2000) refere-se à mobilidade social como a mudança de ocupações com *status* sócio ocupacionais diferentes. A mobilidade ainda pode ser comparada de duas formas:

Quando se analisa a situação do indivíduo em relação a de seu pai, a tabela de mobilidade representa convencionalmente a mobilidade intergeracional. Quando se analisa a situação do indivíduo em relação a sua primeira ocupação, a tabela de mobilidade representa a mobilidade intrageracional ou mobilidade de carreira. (PASTORE, 2000, p.16)

O campo da estratificação social refere-se às formas, funções e consequências de sistemas de desigualdade social estruturada. Num sentido estático, a estratificação social refere-se à distribuição diferenciada de recompensas e privilégios. No sentido dinâmico, a estratificação social implica o processo individual de obtenção de *status*, bem como a transmissão intergeracional de desigualdade social. (HASENBALG, 2005, p. 97).

Sendo assim a mobilidade social é definida quer como a mudança inter ou intrageracional de posição de classe, quer como a mudança de posição relativa nas dimensões de estratificação, que podem ou não coincidir – “ocorre através da competição individual e grupal pelas vantagens distributivas das diferentes posições na estrutura de classe”. (HASENBALG, 2005, p. 115).

Segundo Jannuzzi (2000), Pastore (2000), Scalon (1999), a mobilidade social se caracteriza por tipos distintos, mas como só nos importa a mobilidade intergeracional é delas que vamos tratar.

Desse modo, as análises intergeracionais pretendem investigar o efeito que estas variáveis possuem nas trajetórias de vida dos indivíduos. Trata-se de analisar a influência das gerações anteriores, na reprodução da desigualdade entre uma geração e outra. Estes estudos propõem-se a investigar os efeitos que a origem social tem sobre o destino dos indivíduos cotistas da Universidade de Brasília nesses cinco

últimos anos, ao passo que, as análises intrageracionais foca-se apenas em aspectos adquiridos pelos indivíduos ao longo de suas trajetórias profissionais. (FERNANDES, et al, 2015)

A noção de mobilidade intrageracional, compara a mudança de posições ocupacionais do indivíduo ao longo do tempo, a partir de sua entrada no mercado de trabalho (origem) até o momento atual (destino). Ou seja, analisa um período significativa da vida do indivíduo. A mobilidade intergeracional, como mostrado anteriormente, mede a posição social da geração atual com a passada, é usada sobretudo no comparativo entra a posição ocupacional do indivíduo ou o nível de escolaridade em relação aos pais.

Para o trabalho em questão, dado o objeto, não nos interessa trabalhar com a noção de mobilidade intrageracional, uma vez que como explanado anteriormente, esse conceito opera numa dimensão na qual se analisa a movimentação do indivíduo durante sua vida economicamente ativa. (SCALON,1999).

Todas as categorias de mobilidade vistas até aqui são escalas de “status socioeconômico”, as escalas que procuramos se referem tanto ao *status socioeconômico* como a de “prestígio ocupacional”, isto é, decorrentes do acúmulo de capital cultural dos estudantes cotistas durante sua graduação na Universidade. É necessário fazer ambas considerações em razão de que, grosso modo, estamos inferindo que esses estudantes, *a priori*, após o ingresso na UnB, continuam pertencentes à classe de origem. E também porque faz parte da pesquisa entrevistar estudantes cotistas já diplomados, para este último, a análise se pauta na questão de classe propriamente dita, e do primeiro como os *grupos de status* Weberiano.

Segundo Scalon (1999), as análises de mobilidade podem ser relacionadas em dois contextos: Classe-estrutural e Hierárquico. No contexto de classe estrutural se analisa o movimento de mobilidade entre as classes em uma estrutura social, enquanto a hierárquica é o movimento dentro de uma hierarquia social, isto é, o prestígio social.

Assim, não há uma formula incontestável para definir um esquema de classe, que segue os objetivos da pesquisa, isto é, deve se ajustar aos propósitos de sua

aplicação. Dessa forma, o esquema de classes deve possuir uma base teórica que, em última instância, serve aos objetivos da pesquisa e o dota de uma medida e consistência interna. (SACALON,1999, p.52).

Apesar de boa parte dos trabalhos sobre mobilidade serem de natureza mais quantitativa, este trabalho tem um viés mais qualitativo, mas isso não significa que não tenhamos dado importância a esse fator, uma vez que a introdução dos modelos para análise de dados qualitativos, por sua vez, irá permitir um retorno às preocupações que marcaram os primeiros estudos de mobilidade ocupacional. (PASTORE, 2000).

Tabela número 1

### Chances de Mobilidade Intergeracional no Brasil

Estrato sócio-ocupacional do pai (origem) e cor ou raça do entrevistado	Mobilidade ocupacional de homens de 15 a 64 anos de idade (%)					Coeficiente de dissimilaridade
	Estrato socio-ocupacional do filho (destino - ocupação atual)					
	Baixo	Médio-baixo	Médio	Médio-alto	Alto	
<b>Baixo</b>						
Branco	22,9	27,7	31,0	15,0	3,5	} 15,6
Não branco	29,4	36,7	24,3	9,2	0,4	
<b>Médio-baixo</b>						
Branco	8,4	34,9	25,3	26,0	5,4	} 13,9
Não branco	13,9	34,1	35,5	13,4	3,1	
<b>Médio</b>						
Branco	1,3	14,2	40,9	31,6	11,9	} 14,9
Não branco	4,0	22,8	44,7	25,2	3,3	
<b>Médio-alto</b>						
Branco	1,1	8,7	19,7	48,1	22,4	} 34,7
Não branco	4,9	12,8	38,5	31,9	11,9	
<b>Alto</b>						
Branco	1,4	-	9,8	46,8	42,0	} 22,0
Não branco	19,9	9,0	9,6	38,6	23,0	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa das Características Étnico-raciais da População 2008.

Nota: Foram destacados cinco estratos sócio-ocupacionais (JANNUZZI, 2000), considerando a ocupação atual x a ocupação do pai.

Fonte: IBGE, 2008

Segundo os critérios do IBGE as ocupações são classificadas em:

**Baixo:** Trabalhadores rurais na condição de empregados ou autônomos (produtores meeiros ou parceiros), além das ocupações urbanas de baixo status como a de serventes de pedreiro, lavadeiras, empregados domésticos e lixeiros.

**Médio-baixo:** Ocupações da indústria de alimentos, ocupações da indústria do têxtil, pedreiros, pintores, garçons, vigias, porteiros, estivadores, vendedores ambulantes.

**Médio:** Torneiro mecânico, montadores de equipamentos elétricos, vendedores, operadores de caixa, comerciantes conta própria, professores de ensino pré-escolar, motoristas, inspetores de alunos, auxiliares de enfermagem, auxiliares administrativos e de escritório, policiais e praças das forças armadas.

**Médio-alto:** Técnicos de contabilidade e administração, mestre e contramestres na indústria, professores de ensino fundamental e médio, corretores de imóveis, inspetores de polícia, carteiros, comerciantes (proprietários) e agricultores.

**Alto:** Médico, engenheiro, professor universitário, empresários, gerentes e postos superiores na administração pública (juizes, promotores, delegados, oficiais das forças armadas, etc.)

Como demonstrado na tabela acima as chances de um não branco ascender aos cargos ocupacionais ALTO é ínfima se comparado aos brancos.

Ainda segundo dados do IBGE (2014), mesmo com o aumento das pessoas que se auto declararam como negras (53,6%) a desigualdade de rendimentos, segundo a cor ou raça da população, atinge de forma mais desfavorável as pessoas de cor ou raça preta ou parda. Estes representam 74,0% das pessoas entre os 10% com os menores rendimentos e 17,4% no 1% com os maiores rendimentos. Neste caminho, uma importante variável analisada para mensurar as chances de mobilidade social e de trãnsfuga de classe tem sido o efeito que a educação tem na estratificação social. Busca-se compreender a relevância da educação na construção de novas oportunidades de mobilidade ascendente (mobilidade intrageracional) ou na manutenção da desigualdade causada por variáveis de origem, analisando a dinâmica da transmissão intergeracional das desigualdades. (FERNANDES, et al, 2015), E é sobre isso que trataremos no próximo item deste capítulo.

## **2.5) Escolarização e Mobilidade social no Brasil: Políticas de Ações Afirmativas nas universidades brasileiras como mecanismo de justiça social.**

Optamos por tratar da educação através de um viés sociológico e não pedagógico, como uma técnica social capaz de influenciar comportamentos. (MANNHEIM; STEWART, 1962). Direcionamos nossas observações tratando a educação de forma escalonada, i.e, de acordo com o grau de níveis de educação escolar e abordando em que medida ela influência nas questões de mobilidade social em sociedades de classes, como é o caso do Brasil.

A educação é uma variável fundamental nas análises de estratificação social porque o sistema escolar é frequentemente considerado como o principal vetor de transição entre classes de origem e aquelas de destino. Além disso, inúmeros programas de pesquisa indicam que a escolaridade alcançada associa-se a muitas outras esferas da vida, dentre outras, a condições mais básicas como a sanitárias até as mais complexas como o sucesso econômico. (RIBEIRO, 2003, p. 136)

Depreende-se, então, que a educação é em grande medida responsável pelas chances de mobilidade social em uma sociedade de classes. Por exemplo, para se tornar engenheiro, médico, diplomata ou professor, é necessário antes ter educação superior. No entanto, é bastante recorrente vermos que o *status* das profissões dos pais de certa maneira são transmitidos aos filhos. Com demonstramos na Tabela I, o estado sócio ocupacional do pai aumenta consideravelmente as chances de destino dos filhos.

Por exemplo, segundo Silva (2006) independentemente de cor ou raça, os filhos de trabalhadores manuais urbanos têm 1,3 vezes mais chances de chegar à classe de profissionais liberais do que filhos de trabalhadores rurais. (SILVA, 2006).

O vetor de mobilidade através da educação é tão perceptível que esse tipo de ascensão pode ser percebido, inclusive, nas classes mais baixas, segundo Marcelo Neri (dados de 2011), os movimentos de saída da pobreza crescem com a escolaridade. O indivíduo da classe E, sem instrução educacional tem 27% de chances de mudança de classe, no sentido ascendente, ao passo que mediante 12 ou mais anos

de estudos esse mesmo indivíduo tem 53% de chances de mobilidade social. (Neri, 2011). Sem educação básica, um enorme contingente da população não pode adquirir as qualificações elementares para progredir no sistema educacional e aumentar suas oportunidades de ascensão social. (RIBEIRO, 2003, p.81--82). Portanto, podemos concluir que a educação constitui o principal mecanismo de superação e de transmissão de desigualdades de oportunidade de mobilidade social em uma sociedade de classes. (RIBEIRO, 2003, p. 200)

No entanto, isso não significa que o *status* seja simplesmente o reflexo do talento individual e dos esforços nas atividades que beneficiam uma coletividade (HOMANS, 1950). Se assim fosse a questão da meritocracia seria verdadeira e não precisaríamos discorrer acerca dos fatores que de fato “emperram” os saltos na estrutura de classe. Como a educação é o principal mecanismo de mobilidade social nesse sistema, a diminuição das desigualdades de oportunidades educacionais, bem como a expansão do sistema educacional tende a diminuir as desigualdades de oportunidade de mobilidade social. (RIBEIRO, 2003, p. 200).

Segundo Castro (1986) o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro é muito atípico quando comparado com o de outros países. Além do fato do nosso investimento em educação não estar entre os maiores do mundo, a experiência destes países indica que, uma vez alcançada a saturação de um determinado nível do sistema educacional, diminui a taxa de crescimento desse nível e acelera-se o crescimento do nível imediatamente superior. O Brasil apresenta um padrão de crescimento inverso. Sem que houvesse saturação das matrículas no ensino primário, as matrículas nos níveis mais elevados apresentam taxas de crescimento muito mais aceleradas. (CASTRO, 1986). Dessa forma, como o Brasil investe pouco em educação de base, e como reflexo direto disso temos a participação dos negros em quantidade desproporcional a de brancos nos vestibulares. Nesses termos, a ausência de tais alunos era explicada pela deterioração do ensino público médio e fundamental (SANTOS, 2006). As decorrentes falhas de formação necessitariam, como resposta, da reestruturação do sistema público de ensino e de ações junto aos alunos incapazes de ingressar e permanecer nas universidades por debilidades de formação. Esta argumentação defendia que uma política que alterasse o funcionamento das instituições de ensino

superior feriria o princípio da autonomia universitária e não representaria uma mudança significativa.

Diante do parágrafo acima percebemos que há outro antídoto a não ser através de uma política coercitiva que aloque o negro como compondo, participando e diversificando as instituições de nível superior que configurará, *a priori*, em uma mobilidade social.

Como a questão do negro se insere em uma conjuntura social peculiar no país, o melhor mecanismo para a inclusão do negro em setores de maior prestígio social seria através das Políticas de Ações Afirmativas, tanto na educação quanto no mercado de trabalho, como discutiremos no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO III

### **3) Políticas de Ações Afirmativas nas universidades brasileiras: o sistema de cotas para negros na Universidade de Brasília -UnB**

O que tentamos até o momento foi demonstrar, a partir de uma análise sociológica, as categorias que influenciaram nas diferenças de mobilidade entre negros e brancos no Brasil. Façamos o contrário agora, por um momento esqueçamos as categorias e vamos nos centrar somente em dados. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE no Brasil, a diferença de rendimento financeiro entre negros e brancos é significativa, segundo os dados, 58% dos cargos de prestígio social e com maior poder de influência são ocupados por brancos, em contraposição com 16% ocupados por negros e 26% por pardos<sup>8</sup>. De modo que se invertermos a pirâmide, isto é, se olharmos na escala de menor prestígio social, pardos e negros somam a maior parte de trabalhadores domésticos e informais. Se retroagirmos um pouco no tempo, os dados de 2003, do próprio IBGE, demonstram que 8,4% dos negros encontrando-se em situação de extrema pobreza, contra 3,2% dos brancos. À época, a população que se declarava negra representava 45% da população brasileira. Quando analisamos entre os 10% mais pobres a participação dos negros chega a 68%. Isso tem participação direta no mercado de trabalho onde a taxa de desemprego e a informalidade são maiores para os negros. Menos de 1/3 dos trabalhadores negros têm acesso a direitos trabalhistas.

Como a escolaridade, como discorrido no tópico anterior, é um dos vetores com a maior eficácia para ascensão do negro no mercado de trabalho, dados do PNAD apontam que em 2001, 2,5% dos negros tinham concluído o ensino superior,

---

<sup>8</sup> Para fins do trabalho não fazemos distinção entre negros e pardos. O termo negro aqui usado durante todo o trabalho abrange ambas categorias.

comparados com 10,2% dos brancos. Em razão de políticas públicas, como as cotas raciais e o Reuni, acabaram por alterar um pouco esse panorama, no entanto, o acesso dos jovens negros ao ensino superior ainda é restrito, sendo que sua participação é de 19%, para a faixa etária de 18 a 24 anos, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2009. Isto é, ainda se quer chegamos aos 20% de estudantes negros que as Políticas de Ações Afirmativas tinham como meta.

Esses dados demonstram a gravidade nas relações de raça no Brasil, dificilmente há outra saída que seja eficaz e que possa ter efeitos imediatos e que ao mesmo tempo tenha a capacidade de inserir o negro em cargos de prestígio social se não for através da educação, dessa forma a opção seria a políticas de ações afirmativas, como demonstra Segato:

A cor da pele negra é um signo ausente do texto visual geralmente associado ao poder, à autoridade e ao prestígio. A introdução desse signo [através de políticas de ações afirmativas] modificará gradualmente a forma como olhamos e lemos a paisagem humana nos ambientes em que transitamos. À medida que o signo do negro, o rosto negro, se fizer presente na vida universitária, assim como em posições sociais e profissões de prestígio em que antes não se inseria, essa presença tornar-se-á habitual e modificará as expectativas da sociedade. A nossa recepção do negro habilitado para exercer profissões de responsabilidade será automática e sem sobressaltos. O nosso olhar se fará mais democrático, mais justo. Não mais pensaremos que o médico negro é um servente do hospital. Nunca mais uma funcionária da Varig falará em inglês a um Milton Santos, na certeza de que, por seu porte digno, não poderia ser um negro brasileiro. (SEGATO, 2005, p.86)

Antes de darmos continuidade é necessário se fazer a distinção entre políticas de ações afirmativas e políticas de cotas. As ações afirmativas são políticas institucionais (não restritas à ação estatal), que buscam reverter a histórica situação de desigualdade e discriminação a que estão submetidos determinados grupos sociais, entre eles, negros/as, indígenas, mulheres. Dentre os seus vários objetivos, podemos destacar: (a) induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial versus subordinação racial e/ou de gênero (b) coibir a discriminação existente no presente (c) eliminar os efeitos persistentes (políticos, econômicos, culturais e comportamentais) da

discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural (d) garantir a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos historicamente discriminados, nos diversos setores da sociedade. No que diz respeito à população negra, as ações afirmativas devem ser compreendidas, portanto, como uma série de medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais. A Política de cotas seria um dos componentes das ações afirmativas. As cotas raciais são a reserva de vagas em instituições públicas ou privadas para grupos específicos classificados por "raça" ou etnia, na maioria das vezes, negros e indígenas. (ANA, 2015)

Segundo Menezes (2003) a consagração do termo Ações Afirmativas, remonta ao Presidente Kenedy dos EUA que vedava ao âmbito federal, qualquer discriminação na contratação de funcionários públicos com base em raça, credo, cor ou origem social. A implementação desse tipo de política se deu, primeiramente, através da educação nos Estados Unidos. Os primeiros programas de ação afirmativa foram postos em prática no início dos anos 60 nesse país, logo após o Presidente Kennedy haver determinado, através de decreto executivo, que fossem tomadas medidas positivas no sentido de promover a inserção dos negros no sistema educacional de qualidade, historicamente reservado às pessoas de raça branca. (GOMES, 2001 p. 103). Define assim Barbosa as ações afirmativas:

As ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2001, P. 40)

A ação afirmativa tem como objetivo não apenas coibir a discriminação do presente, mas sobretudo eliminar os *'lingering effects'*, i.e, os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado,

que tendem a se perpetuar. As ações afirmativas também têm como meta a implantação de uma certa 'diversidade' e de uma maior 'representatividade' dos grupos minoritários nos mais diversos domínios de atividade pública e privada. (GOMES, 2001, P. 47)

Nesse sentido, o efeito mais visível dessas políticas, além do estabelecimento da diversidade e representatividade propriamente dita, é o de eliminar as 'barreiras artificiais e invisíveis' (*glass ceiling*) que emperram o avanço de negros e mulheres na sociedade norte-americana, independentemente da existência ou não de política oficial tendente a subalternizá-los. ((GOMES, 2001, P. 48)

Como observado acima, os teóricos norte americanos também perceberam que existe um fator (geralmente de difícil percepção) que cria óbice à mobilidade social de negros. Não seria exagero supor que a *glass ceiling*, mencionada por GOMES (2001) é de fato um poder simbólico que opera, também, na sociedade norte americana. Porém, somente perceber que o preconceito existia não é suficiente para que haja uma mudança, dessa forma "não basta proibir, é preciso também promover". (GOMES, 2001, P. 44)

Com isso, podemos afirmar que, como resultado da discriminação racial no passado, cada nova geração de não-brancos está em posição de desvantagem porque se origina desproporcionalmente de famílias de baixa posição social. Mas, em acréscimo a isso, se o racismo possui os efeitos previstos no Capítulo II (Isto é, como reflexo de interesse do grupo racialmente superordenado – poder simbólico), a filiação racial deverá também interferir tanto nos processos de acumulação de (des)vantagens pelos filhos quanto em suas subsequentes carreiras como adultos". (HASENBALG, 2005, p. 208). Sendo assim, a única forma de romper com esse ciclo vicioso é interferir com a Política de Ações Afirmativas.

No Brasil a ideia de ações afirmativas, bem como a reserva de vagas nas universidades públicas para estudantes negros (cotas raciais), é de longa data. Desde os anos de 1930, grupos do movimento social negro apontavam para a necessidade de se adotarem políticas públicas para garantir o direito da população negra à educação. Naquela década, este tema esteve presente na pauta de reivindicação da Frente Negra Brasileira, que chegou a criar escolas comunitárias para crianças negras em suas sedes

em algumas regiões do Brasil (como já foi explanado em capítulos anteriores). Os políticos, militantes, intelectuais dos movimentos negros foram os agentes que primeiro propuseram à política. Poucos anos antes da proposta surgir na UnB, através do **Plano de Metas e Integração Social, Étnica e Racial da UnB (1999)**<sup>9</sup>, um documento oficial, organizado pelo movimento negro em 1995 apresentando durante a Marcha para Brasília, também apresentava uma proposta de ação afirmativa para as universidades públicas. (SIQUEIRA, 2004).

Em 1997, segundo dados do MEC, apenas 2,2% de pardos e 1,8% de negros, entre 18 e 24 anos cursavam ou tinham concluído um curso de graduação no Brasil. Com esse baixo índice de negros nos cursos superiores alguma medida deveria ser tomada com o fito de inserir o negro nas universidades. A solução encontrada para que se diminuísse o déficit colossal foi a adoção das Políticas Afirmativas por Universidade Públicas Estaduais e Federais. Essa política ficou conhecida como cotas raciais, onde cada instituição reservava um percentual de vagas para estudantes que fossem considerados como negros.

Segundo dados do IPEA (2009) o sistema de ações afirmativas já operava em 63 universidades, garantindo o acesso de diversos grupos ao ensino superior público no país. No levantamento feito pelo MEC em 2013, após algumas universidades aderirem ao sistema de cotas, desde o ano 2000 (Federais e Estaduais). O índice de negros nas Universidades subiu de 2,2% para 11% para a porcentagem de pardos que cursam ou concluíram um curso superior no Brasil; e de 1,8% para 8,8% de negros. Claro que a adesão ao sistema de cotas pelas Universidades não foi feita de forma concomitante, por isso esses números variam de Estado para Estado e de Instituição para Instituição, sem embargo, esses números ainda soam bem tímidos, se quer o país alcançou 20%, demonstrando que o Negro permanece em uma situação desconfortável dentro da estrutura de classes e de mobilidade social.

Dados do IPEA de 2002 a 2009 demonstram a quantidade de cotistas egressos nas universidades brasileiras:

---

<sup>9</sup> A proposta foi apresentada junto ao CEPE (Conselho de Ensino e Pesquisa), pelos professores José Jorge Carvalho e Rita Laura Segato, previa uma cota de 20% de vagas para estudantes negros. Vide: "Proposta para implementação de um sistema de cotas para minorias raciais na Universidade de Brasília". mimeo

**Estimativa do ingresso de estudantes negros beneficiados por programas de cotas raciais nas universidades públicas por tipo de cotas, ano e número de vagas – 2002-2009**

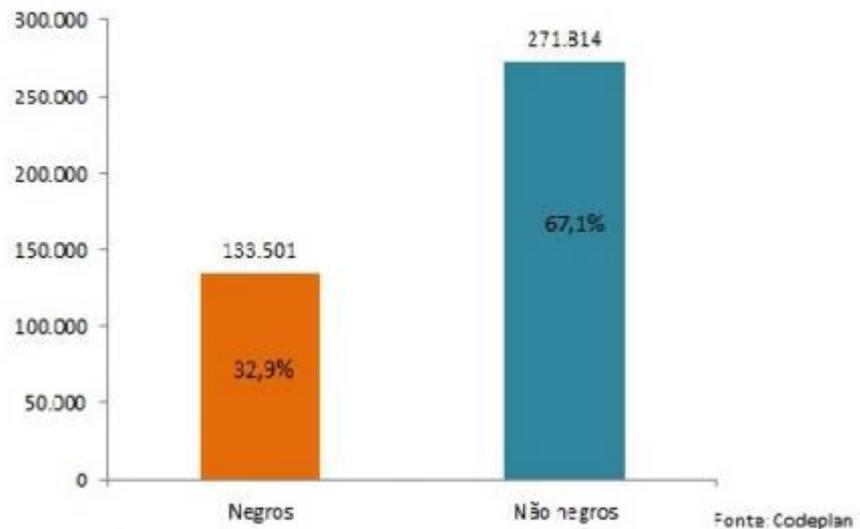
Ano	Tipo de AAs por número de instituições			Total de IES acumuladas no período	Novas vagas reservadas para estudantes negros no ano	Total de vagas reservadas para estudantes negros no ano	Total de vagas para estudantes negros acumuladas no período
	Cotas raciais	Cotas raciais independentes	Cotas raciais dependentes				
2002	4,0	–	4,0	<b>4,0</b>	1.848	<b>1.848</b>	<b>1.848</b>
2003	2,0	–	2,0	<b>6,0</b>	2.424	<b>4.272</b>	<b>6.120</b>
2004	4,0	2,0	2,0	<b>10,0</b>	2.191	<b>6.463</b>	<b>12.583</b>
2005	8,0	3,0	5,0	<b>18,0</b>	5.122	<b>11.585</b>	<b>24.168</b>
2006	5,0	1,0	4,0	<b>23,0</b>	2.411	<b>13.996</b>	<b>38.164</b>
2007	4,0	–	4,0	<b>27,0</b>	2.034	<b>16.030</b>	<b>54.194</b>
2008	4,0	1,0	3,0	<b>31,0</b>	1.549	<b>17.579</b>	<b>71.773</b>
2009	5,0	–	5,0	<b>36,0</b>	1.035	<b>18.614</b>	<b>90.387</b>
<b>Total</b>	<b>36,0</b>	<b>7,0</b>	<b>29,0</b>	<b>36,0</b>	<b>1.8614</b>	<b>90.387</b>	<b>90.387</b>

Fontes: Editais dos processos seletivos para candidatos ingressantes até 2009, manuais, legislações e resoluções correspondentes.  
Elaboração: Disoc/lpea.

A Universidade de Brasília (UnB) foi a pioneira na adoção de políticas de ações afirmativas no país, sendo a primeira universidade pública federal a adotar o sistema de cotas para o ingresso de estudantes negros. Claro que o projeto não foi implementado da noite para o dia, foi um debate longo de cinco anos através do Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial da UnB<sup>10</sup>, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), no ano de 2003. Após a deliberação, a UnB adotou as cotas raciais que foram implementadas em 2004, as quais reservavam 20% das vagas de todos os cursos para alunos negros. O gráfico a seguir mostra a assimetria entre negros e brancos, em relação ao ingresso no ensino superior no DF.

<sup>10</sup> Mais a esse respeito pode ser visto em: CARVALHO, José Jorge de Segato, Rita Laura. Plano de metas para a integração social, étnica e racial da Universidade de Brasília. UnB, Brasília, 2002.

### População brasileira segundo cor/raça com ensino superior completo - 2011



Pouco tempo depois, o pioneirismo da UnB se propagou para outras Universidades do País. Obviamente, desde seu nascimento muitas camadas da sociedade ficaram inconformadas com a política de cotas, onde reiteravam-se os mesmos discursos que permeiam as ideologias raciais, onde o problema era de classe e não de raça, que a política se voltava contra a meritocracia, que o tempo iria provar que a política de cotas era uma medida paliativa e que após ingressarem os negros teriam rendimentos bem aquém dos não cotistas. O fato é que se passaram quase 12 anos, e um relatório do **Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília** demonstra que muitas dessas pessoas estavam enganadas. O rendimento dos cotistas era tão bom quanto os do não cotistas, como, em alguns casos, até melhor. Esses dados trazidos pela UnB demonstram o quanto essas ideias estão passíveis de refutação.

Dados do relatório em questão que abrange os anos de 2004 a 2013 provam que o rendimento dos estudantes cotistas da UnB era tão bom ou até melhor que o do sistema universal. Vejamos nos cursos de engenharia:

TABELA 2. Rendimento Acadêmico para os cursos de Engenharia

CURSO	SISTEMA	TOTAL DE MATRÍCULAS	DESLIGADOS	FORMADOS	PORCETAGEM DE DESLIGADOS	PORCETAGEM DE FORMADOS	IRA MÉDIO DOS FORMADOS
Engenharia Civil	Cotas para negro	99	15	12	15	12	3,56
Engenharia Civil	Universal	433	51	137	12	32	3,61
Engenharia Elétrica	Cotas para negro	101	19	30	19	30	3,54
Engenharia Elétrica	Universal	425	52	139	12	33	3,73
Engenharia Mecatrônica	Cotas para negro	72	20	13	28	18	3,49
Engenharia Mecatrônica	Universal	347	58	79	17	23	3,74
Engenharia Mecânica	Cotas para negro	100	15	26	15	26	3,48
Engenharia Mecânica	Universal	422	60	107	14	25	3,61

Fonte: CPD e CESPE

Nos cursos de ciências exatas os rendimentos são os seguintes:

TABELA 3 Rendimento Acadêmico para os cursos de exatas.

CURSO	SISTEMA	TOTAL DE MATRÍCULAS	DESLIGADOS	FORMADOS	PORCETAGEM DE DESLIGADOS	PORCETAGEM DE FORMADOS	IRA MÉDIO DOS FORMADOS
Computação	Cotas para negro	90	34	17	38	19	3,22
Computação	Universal	424	171	67	40	16	3,43
Estatística	Cotas para negro	62	20	13	32	21	3,56
Estatística	Universal	305	68	85	22	28	3,70
Física	Cotas para negro	135	69	8	51	6	3,49
Física	Universal	677	292	102	43	15	3,50
Geologia	Cotas para negro	72	13	19	18	26	3,27
Geologia	Universal	299	46	79	15	26	3,27
Matemática	Cotas para negro	151	72	33	48	22	3,37
Matemática	Universal	740	341	135	46	18	3,49
Química	Cotas para negro	136	36	44	26	32	3,55
Química	Universal	686	205	160	30	23	3,57

Fonte: CPD e CESPE

Em relação aos cursos de Ciências da Saúde temos os seguintes dados:

TABELA 4 Rendimento Acadêmico para os cursos de Ciências da Saúde

CURSO	SISTEMA	TOTAL DE MATRÍCULAS	DESLIGADOS	FORMADOS	PORCETAGEM DE DESLIGADOS	PORCETAGEM DE FORMADOS	IRA MÉDIO DOS FORMADOS
Enfermagem	Cotas para negro	99	16	7	16	7	4,06
Enfermagem	Universal	465	80	19	17	4	4,01
Enfermagem e Obstetrícia	Cotas para negro	32	6	24	19	75	3,70
Enfermagem e Obstetrícia	Universal	125	28	89	22	71	3,80
Medicina	Cotas para negro	96	2	37	2	39	4,10
Medicina	Universal	379	13	144	3	38	4,22
Nutrição	Cotas para negro	72	5	29	7	40	3,99
Nutrição	Universal	295	36	117	12	40	4,14

Fonte: CPD e CESPE

Em relação aos cursos de ciências agrárias e biológicas temos:

TABELA 5 Rendimento Acadêmico para os cursos de ciências agrárias e biológicas

CURSO	SISTEMA	TOTAL DE MATRÍCULAS	DESLIGADOS	FORMADOS	PORCETAGEM DE DESLIGADOS	PORCETAGEM DE FORMADOS	IRA MÉDIO DOS FORMADOS
Agronomia	Cotas para negro	119	17	33	14	28	3,55
Agronomia	Universal	568	97	148	17	26	3,70
Ciências Biológicas	Cotas para negro	164	29	58	18	35	3,76
Ciências Biológicas	Universal	735	122	266	17	36	4,00
Ciências Naturais	Cotas para negro	53	16	11	30	21	3,90
Ciências Naturais	Universal	416	105	89	25	21	3,90
Engenharia Florestal	Cotas para negro	99	16	24	16	24	3,77
Engenharia Florestal	Universal	489	70	132	14	27	3,81
Gestão Ambiental	Cotas para negro	34	3	1	9	3	3,22
Gestão Ambiental	Universal	202	27	18	13	9	4,09
Gestão do Agronegócio	Cotas para negro	39	7	10	18	26	3,96
Gestão do Agronegócio	Universal	311	78	81	25	26	3,84

Fonte: CPD e CESPE

Dos cursos analisados até o presente momento o único em que o estudante cotista da UnB demonstrou ter uma certa discrepância em relação ao Rendimento Acadêmico dos alunos não negros foi o curso de Gestão Ambiental, onde o rendimento dos cotistas foi de 3,22 e do Universal 4,09.

No caso das Ciências Humanas:

TABELA 6 Rendimento Acadêmico para os cursos de humanas

CURSO	SISTEMA	TOTAL DE MATRÍCULAS	DESLIGADOS	FORMADOS	PORCETAGEM DE DESLIGADOS	PORCETAGEM DE FORMADOS	IRA MÉDIO DOS FORMADOS
Ciência Política	Cotas para negro	115	16	47	14	41	3,19
Ciência Política	Universal	474	75	164	16	35	3,37
Ciências Sociais	Cotas para negro	171	44	37	26	22	3,75
Ciências Sociais	Universal	766	211	150	28	20	3,92
Filosofia	Cotas para negro	60	19	10	32	17	3,79
Filosofia	Universal	442	155	46	35	10	3,95
Geografia	Cotas para negro	80	16	23	20	29	3,70
Geografia	Universal	342	80	94	23	27	3,74
História	Cotas para negro	112	28	32	25	29	3,70
História	Universal	579	137	103	24	18	3,87
Pedagogia	Cotas para negro	262	43	106	16	40	4,23
Pedagogia	Universal	1198	282	402	24	34	4,26
Psicologia	Cotas para negro	110	9	32	8	29	4,54
Psicologia	Universal	439	54	131	12	30	4,47
Relações Internacionais	Cotas para negro	113	13	45	12	40	3,88
Relações Internacionais	Universal	451	41	197	9	44	4,15

Fonte: CPD e CESPE

E, por fim, nas Ciências Sociais:

TABELA 7 Rendimento Acadêmico para os cursos de ciências sócias

CURSO	SISTEMA	TOTAL DE MATRÍCULAS	DESLIGADOS	FORMADOS	PORCETAGEM DE DESLIGADOS	PORCETAGEM DE FORMADOS	IRA MÉDIO DOS FORMADOS
Arquitetura e Urbanismo	Cotas para negro	116	6	27	5	23	3,92
Arquitetura e Urbanismo	Universal	481	29	90	6	19	4,14
Arquivologia	Cotas para negro	103	6	50	6	49	3,93
Arquivologia	Universal	450	88	188	20	42	3,94
Biblioteconomia	Cotas para negro	92	14	44	15	48	4,11
Biblioteconomia	Universal	403	57	168	14	42	4,11
Ciências Econômicas	Cotas para negro	127	37	22	29	17	3,31
Ciências Econômicas	Universal	521	94	179	18	34	3,63
Comunicação Social	Cotas para negro	205	13	67	6	33	3,99
Comunicação Social	Universal	841	71	279	8	33	4,14
Desenho Industrial	Cotas para negro	48	5	14	10	29	4,01
Desenho Industrial	Universal	195	15	77	8	39	4,28
Direito	Cotas para negro	196	8	47	4	24	4,25
Direito	Universal	797	50	178	6	22	4,31

Fonte: CPD e CESPE

Segundo dados do IPEA (2009) A política de ações afirmativas da UnB representou um acréscimo considerável da presença da população negra no corpo discente da instituição. Em 2004, os negros representavam apenas 2% dos estudantes matriculados. Em 2006, o percentual subiu para 12,5%. Segundo os mesmos dados, além do impacto educacional houve um impacto social, uma vez que segundo o perfil socioeconômico destes alunos houve uma expressiva mobilidade intergeracional, pois aproximadamente 15,3% dos cotistas tinham pais analfabetos ou com o 1º grau incompleto, se contrastado com os não cotistas, o IPEA revela que esse percentual é de apenas 6%. Neste sentido, o programa de cotas raciais na UnB democratizou o acesso ao ensino superior e diversificou o perfil racial e social do corpo discente da instituição.

No que se refere ao desempenho dos alunos cotistas da UnB, como já foi tratado acima, não se percebem diferenças significativas entre esses e aqueles aprovados pelo sistema universal. No entanto, como esses dados do IPEA referem-se a 2009, trataremos deles rapidamente. Em aprovação nas disciplinas cursadas, os alunos cotistas apresentam um índice de 88,90% e os não cotistas, de 92,98%. Quanto ao trancamento de matéria, o índice é de 1,73% para cotistas e 1,76% para não cotistas.

Na média geral do curso, que varia entre 0 e 5 no IRA (Índice de Rendimento Acadêmico) também se verifica que é pequena a desvantagem dos alunos cotistas em relação aos não cotistas. O índice dos cotistas era em 2009 de 3,57%, no IRA enquanto os não cotistas apresentam um índice de 3,79% IRA.

A tabela abaixo demonstra o IRA médio desses alunos no período de 2007 -2012.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CIÊNCIAS AGRÁRIAS		CIÊNCIAS BIOLÓGICAS		CIÊNCIAS EXATAS		CIÊNCIAS HUMANAS		CIÊNCIAS SOCIAIS		CIÊNCIAS DA SAÚDE		ENGENHARIA		LINGUAGENS E ARTES	
	COTAS PARA NEGRO	UNIVERSAL	COTAS PARA NEGRO	UNIVERSAL	COTAS PARA NEGRO	UNIVERSAL	COTAS PARA NEGRO	UNIVERSAL	COTAS PARA NEGRO	UNIVERSAL	COTAS PARA NEGRO	UNIVERSAL	COTAS PARA NEGRO	UNIVERSAL	COTAS PARA NEGRO	UNIVERSAL
IRA Médio 2007/1	3,7	3,6	2,1	3,2	3,6	3,8	4,1	4,2	3,8	3,9	3,7	3,8	3,9	3,5	4,1	4,2
Estudante 2007/1	4	57	4	18	7	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
IRA Médio 2007/2	3,5	3,6	3,4	3,7	3,0	3,4	3,8	4,0	3,8	3,9	3,3	3,8	3,8	3,6	3,8	4,2
Estudante 2007/2	4	57	4	18	7	52	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0
IRA Médio 2008/1	3,6	3,7	3,3	4,0	2,9	3,4	4,3	4,1	3,7	3,9	3,8	3,9	3,5	3,7	3,7	4,1
Estudante 2008/1	4	57	4	18	7	50	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
IRA Médio 2008/2	3,6	3,6	4,0	4,0	3,5	3,3	4,1	3,7	3,7	3,9	3,9	4,0	3,5	3,6	3,4	4,1
Estudante 2008/2	4	57	4	18	6	48	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
IRA Médio 2009/1	3,8	3,8	3,2	4,1	3,5	3,5	4,0	3,9	3,9	3,9	3,9	4,0	3,7	3,7	3,0	4,2
Estudante 2009/1	4	57	4	18	6	47	0	0	0	3	0	0	0	0	0	1
IRA Médio 2009/2	3,5	3,9	3,7	4,0	3,7	3,4	4,1	4,0	3,9	3,8	3,8	4,0	2,5	3,6	2,9	3,8
Estudante 2009/2	4	57	4	17	5	44	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0
IRA Médio 2010/1	4,0	3,9	3,6	3,6	3,6	3,7	4,2	3,9	3,9	4,0	3,9	4,0	2,7	3,7	4,3	4,0
Estudante 2010/1	4	56	4	16	4	41	0	6	4	9	1	1	0	1	0	3
IRA Médio 2010/2	4,1	3,9	3,8	3,7	4,0	3,4	3,6	3,7	3,8	3,9	4,0	4,1	3,7	3,3	4,3	4,0
Estudante 2010/2	4	54	4	14	4	41	7	21	8	33	3	12	0	2	1	16
IRA Médio 2011/1	2,7	3,9	3,5	3,9	4,2	3,3	3,8	3,6	4,1	3,9	3,6	3,8	3,6	3,4	4,4	3,8
Estudante 2011/1	3	42	2	9	4	35	2	9	16	43	2	18	0	2	3	14
IRA Médio 2011/2	2,6	3,8	3,7	3,9	4,4	3,5	3,7	3,7	3,3	4,0	4,3	4,1	3,5	3,9	4,2	3,4
Estudante 2011/2	3	33	2	4	3	23	4	18	9	25	2	10	2	21	1	9

Fonte: CPD e Cespe

Conforme a tabela acima reiteramos que a experiência das Ações Afirmativas na UnB demonstra que as cotas raciais não representam uma perda de qualidade do ensino para a instituição, como recebiam alguns críticos do programa.

Sem embargo, o que queremos aqui, ao tratar das cotas, é verificar o que essas políticas causaram para além da sala de aula, isto é, considerando a desvantagem na trajetória de vida que os negros têm, comparativamente a dos brancos, como essa política afetou a vida dessas pessoas. Em outros termos, quais os ganhos advindos da inserção via cotas do negro em uma educação superior de qualidade, em termos, sobretudo de acúmulo de capital cultural e como este se relaciona à mobilidade social destes estudantes. Ficou claro que mesmo com a ausência de um capital econômico importante, isto é, em razão de suas trajetórias de vida, os negros estão conseguindo se manter com bom desempenho em seus cursos e se diplomarem, alguns, com louvor.

Os dados acima servem como embasamento para a questão que temos a pretensão de responder, isto é, em que medida o capital cultural incorporado determina o desempenho dos estudantes cotistas e influenciam a sua mobilidade social?

### **3.1) Capital cultural na trajetória universitária de negros cotistas da UnB**

Como a teoria dos jogos<sup>11</sup> nas relações internacionais que tende a dimensionar os ganhos e perdas a partir de determinadas variáveis, Bourdieu trata o mundo social, em razão da extrema competição entre agentes sociais nesse lócus como se se tratasse de um jogo, e para se manter ganhando (no poder) é necessário a

---

<sup>11</sup> A teoria dos jogos foi desenvolvida a partir do trabalho dos matemáticos Von Neumann e Morgenstern em meados da década de 1940, apesar de ter surgido através da matemática ela é utilizada nas Relações Internacionais e busca descrever e prever o comportamento utilizado pelos atores.

obtenção de alguns fatores que determinarão a posição do sujeito na sociedade, assim define Bourdieu:

O mundo social pode ser concebido como um espaço multidimensional construído empiricamente pela identificação dos principais fatores de diferenciação que são responsáveis por diferenças observadas num dado universo social, ou, em outras palavras, pela descoberta dos poderes ou formas de capital que podem vir a atuar, como azes num jogo de cartas neste universo específico que é a luta (competição) pela apropriação de bens escassos...os poderes sociais fundamentais são: em primeiro lugar o capital econômico, em suas diversas formas; em segundo lugar o capital cultural, ou melhor, o capital informacional também em suas diversas formas; em terceiro lugar, duas formas de capital que estão altamente correlacionadas: o capital social, que consiste de recursos baseados em contatos e participação em grupos e o capital simbólico que é a forma que os diferentes tipos de capital toma uma vez percebidos e reconhecidos como legítimos. (BOURDIEU, 1987, p. 4)

Essa concepção multidimensional de classe social não coloca a dimensão cultural subordinada à dimensão econômica; a cultura é apresentada como uma outra forma de poder que se distingue das demais embora possa estar a elas relacionada. (SILVA, 1995, p.2)

A relação de poder proveniente de alguns conhecimentos específicos, que determinará em certa medida a posição do sujeito na estrutura de classes, é definida por Bourdieu como capital cultural. Este por sua vez é dividido em três estados, o Estado Incorporado – é um capital herdado, que começa se desenvolver antes de se iniciar a escolarização propriamente dita, e esta, ‘cultura’ herdada, é reiterada durante toda a fase de educação da criança na escola bem como na família, – O Estado objetivado – este é resultante de uma aquisição de bens simbólicos que tangivelmente possa representar uma ‘cultura’, tais como: obras de arte, instrumentos musicais, livros, etc. – e por fim, Estado institucionalizado – seria a aquisição de diplomas através de instituições de ensino, que legitimaria ou converteria o capital escolar em um título socialmente aceitável.

Porém, para fins deste trabalho, não é fácil explicar realmente o que exprime a noção de capital cultural, dada a forma ambígua e abrangente que Bourdieu a utiliza. Esse conceito ora é usado para exprimir uma ideia que auxilia no processo de

reprodução social de uma classe, como uma subcultura. O que se consubstanciaria em um instrumento conceitual que auxilia a apreender uma certa homogeneidade nas disposições, nos gostos e preferências de grupos e/ou indivíduos produtos de uma mesma trajetória social (SETTON, 2002). Isto é, onde as preferências e gostos em cada grupo social são condicionadas pela sua relação com os capitais (econômico, cultura, social e simbólico) que estes possuem. Que implicaria no conceito de *habitus*.<sup>12</sup>

Essa noção empregada implica em outro fenômeno, a partir do momento que essas “subculturas” interagem entre si, a sua disputa, gera intrinsecamente, uma relação de dominação e resignação. Onde a cultura dominante é vista como a cultura legítima. Os seus valores são condicionados como os valores superiores, o que o autor denomina de *arbitrário cultural dominante*. Isto é, essa relação engendra a distinção de gostos e *habitus* entre as classes.

Segundo Silva (1995) “O capital cultural assim considerado por Bourdieu, no sentido estratégico, é ainda, basicamente, um mecanismo reprodutor das condições sociais reforçado pelas suas ligações com as outras formas de capital: o capital social, o econômico e o simbólico”. (SILVA, 1995, p. 27)

Como demonstrado o conceito de capital cultural pode ir além de uma subcultura de classe, consubstanciando-se em uma estratégia de poder e também por fomentar o trânsito de classe. Em relação ao trânsito de classe, Bourdieu não o trata de forma direta, mas algumas leituras do autor sugerem que a cultura pode ser utilizada como veículo de mobilidade social. (SILVA, 1995), como pode ser observado no próprio autor:

Essas lutas, esforços ou estratégias ocorrem em vários ramos da cultura. Investir na educação dos filhos é visto como uma necessidade que se impõe a setores da burguesia que dependem mais de capital cultural do que de outros capitais para manter sua posição de classe. (BOURDIEU, 1979)

Sendo assim, concluímos que o valor relativo das diferentes espécies de capital econômico e cultural ou das várias espécies de capital cultural é

---

<sup>12</sup> Caso o leitor se interesse, esse conceito é visto com mais frequência na obra: A Distinção de P. Bourdieu.

continuamente questionada e reavaliada através de lutas (competição entre classes) para aumentar ou desvalorizar um ou outro tipo de capital na disputa por posições na estrutura de classes. (BOURDIEU 1987, p. 10). É neste sentido, como mecanismo de mudança social, que a cultura adquire de fato uma independência com relação às outras dimensões de classe, no momento em que ela, por si mesma, pode contribuir para determinar a posição social dos indivíduos ou grupos (SILVA, 1995, p. 28)

Além do conceito de capital cultural, é necessário a utilização de um outro conceito de Bourdieu, para que possamos entender a mobilidade dos estudantes negros da UnB, uma vez que as relações sociais também afetam a questão da mobilidade uma vez que as redes de conhecimentos e de influências que o indivíduo possui pode estabelecer de alguma maneira sua posição na estrutura de classes. O conceito seria o de capital social:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potencias que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 1998, p. 67)

Desse modo, o que importa para o trabalho é a noção de capital cultural como articulador das possibilidades de alcance nas estratégias de ganho na posição social. Pois, como demonstramos anteriormente sabemos que a aquisição de capital cultural e de credenciais via educação formal –i.e., capital cultural institucionalizado e capital cultural incorporado - são em larga medida determinada pela situação da família de origem dos estudantes. Mas, para além desta determinação, modificações exógenas, como a política pública direcionadas ao nosso sistema educativo, eventualmente resultantes de cotas para negros, podem alterar positiva ou negativamente o quadro da distribuição desigual destes recursos educacionais, e assim alterar as oportunidades oferecidas nas etapas subsequentes do ciclo de vida dos indivíduos”. (HASENBALG e SILVA, 2003, p. 38)

## CAPITULO IV

### **Análise dos dados: Capital Cultural e mobilidade social segundo cotistas negros da UnB.**

Como apresentamos no item Procedimentos Metodológicos, utilizamos duas técnicas de coletas de dados: A) entrevistas semiestruturadas e B) grupos focais. Nos grupos focais foram tratados 5 eixos temáticos, os quais discutiam a percepção desses estudantes sobre os temas em questão, a saber: 1) Racismo e vida social; 2) Expectativa de Mobilidade Social; 3) Capital Escolar e acesso à Universidade; 4) Acúmulo de Capital Cultural e; 5) Expectativa em relação ao mercado de trabalho.

#### **4.1) Grupo Focal**

Foram realizados dois grupos focais, sendo um em cada Campus da UnB pesquisado, isto é, Darcy Ribeiro e FUP (Planaltina). Os grupos focais foram realizados em dias distintos, com a participação de sete estudantes por grupo.

O grupo focal realizado traduziu-se em um grupo de discussão informal cujo objetivo principal foi o de revelar percepções dos participantes acerca de itens postos para o debate. Tratou-se, portanto, de uma técnica não-diretiva para obtenção de dados qualitativos, que se fundamentou no princípio epistemológico de que a interação grupal, por meio do diálogo, propicia uma livre produção e circulação de ideias, de sentimentos e de imagens sobre um dado tema. (GOMES E BARBOSA, 1999). Desse modo, o grupo focal consistiu na interação entre os participantes e o mediador (o próprio pesquisador) que objetivava a coleta de dados através de uma discussão focada nos tópicos citados acima.

Para fins desta pesquisa, seguimos as orientações de Lervolino e Pelicioni (2001) quando estes destacam que os participantes do grupo focal não devem pertencer ao mesmo círculo social do pesquisador para evitar que a livre expressão de ideias no grupo seja prejudicada pelo impacto que essas opiniões vão ter posteriormente. Acolhemos a hipótese em trabalhar com campus diferentes que, por conseguinte, teríamos menos chances de entrevistar indivíduos pertencentes ao mesmo segmento social. Um exemplo disso é que no campus Darcy a maioria dos pais dos alunos entrevistados possuem nível médio completo e algum ente da família já possui nível superior, algo que não se aplica ao campus FUP, onde a maioria dos pais dos entrevistados possuíam pais com nível de escolarização abaixo do ensino superior.

De acordo com a teoria da metodologia do Grupo Focal, realizamos dois grupos, um para cada campus (Darcy e FUP), com atividades e discussões pré-determinadas conforme o quadro a seguir:

ENCONTRO	ABORDAGEM
1º e 2º	Conhecer o grupo e experiências pessoais como negros
3º e 4º	A importância da Universidade e expectativas. (Mobilidade social e capital cultural)

Na didática com cada grupo foi definido que a identificação dos grupos seria denominada com o nome do respectivo campus que estudam, isto é, Darcy e FUP. O grupo Darcy foi composto por 7 estudantes dos respectivos cursos: Direito, Geografia,

Letras, Matemática, Serviço Social, Artes Cênicas e Música. Foi aplicado um questionário aos estudantes no qual constatou-se que 6 eram moradores das cidades satélites e um do plano piloto. A renda per capita média entre os entrevistados era de um salário mínimo e meio<sup>13</sup>.

O grupo FUP, foi composto também por 7 estudantes dos cursos de: Gestão de Agronegócio, Ciências Naturais e Gestão Ambiental. A renda média per capita média das famílias foi de R\$ 700,00. A maioria dos estudantes eram moradores de planaltina, exceto um que era morador da cidade de São Sebastião.

A dinâmica de pesquisa se deu por dois encontros em cada campus com duração, em média, de 55 minutos, cuja pauta se concentrou em 7 tópicos de discussão, divididos em dois blocos. Nos dois primeiros blocos de questões foram dedicados em conhecer melhor os estudantes e suas experiências pessoais como pessoas negras. Em relação a conhecer melhor os estudantes, I. No que se refere à escolaridade dos pais, percebe-se uma grande disparidade entre os pais dos componentes dos grupos, no grupo Darcy a maioria dos pais tem o nível médio completo, ao passo que, no grupo FUP a maioria dos pais tem nível fundamental completo. No Darcy 5 estudantes são de origem de escola particular (alguns bolsistas), e fizeram cursinho pré-vestibular antes de ingressarem na UnB e os outros 2 são de escola pública, no grupo FUP todos são de escola pública ou cursaram o EJA para a conclusão do nível médio. Em relação à atividade remunerada, alguns estudantes do grupo Darcy recebem auxílio da Universidade seja através dos Projetos da Universidade ou da Bolsa permanência, no Grupo FUP os integrantes do curso noturno Gestão Ambiental e Ciências Naturais exercem atividade remunerada fora da Universidade, sendo do curso Diurno, dois recebem auxílio da Universidade (Bolsa Permanência).

No tocante a experiências sociais como negros não foi verificado tanta discrepância entre os grupos, todos já disseram ter sido vítimas de algum tipo de racismo. Quando questionados se esse problema não seria necessariamente de renda ao invés de raça/cor, muitos disseram que não, em razão da ofensa sofrida ter sido considerada em termos raciais, isto é, em forma de insultos, tais como: macacos, tição, neguin, neguinha, etc.

---

<sup>13</sup> Faz parte dessa média renda o valor de bolsas que alguns estudantes recebem da Universidade, como bolsa como: ProIC, PET, Pibid, Pibic e PibEX.

No segundo tópico do primeiro bloco tratamos da questão da militância desses estudantes como negros, isto é, se fazem parte ou pretendem engajar-se em algum movimento negro. No grupo Darcy 5 estudantes disseram que já militaram ou militam pela causa, tanto dentro quanto fora da Universidade, os outros dois disseram que tinham interesse, mas dada a quantidade de disciplinas que pegam na Universidade disseram não ter muito tempo de se dedicarem as atividades de militância. No grupo FUP um estudante demonstrou interesse em fazer militância e os demais não acharam importante, dada a falta de expectativa de serem atores que pudessem influenciar em alguma política e mudança nesse sentido.

No terceiro tópico, que trata das cotas raciais, no grupo Darcy todos enxergam a importância dessa política, tanto como ferramenta de “heterogeneizar” os estratos mais altos da sociedade, como também, de corrigir e fazer uma reparação histórica. Quando perguntados se teriam chance real de ingressar na Universidade sem as cotas, todos foram unânimes e afirmaram que sim. No grupo FUP houve uma discrepância, alguns alunos demonstram-se inconformados em relação às políticas de cotas e acreditam que tal política adotada deveria ser de cotas sociais e não raciais, que apesar de se enxergarem como negros e vítimas de preconceitos raciais, acreditam que as cotas fazem com que se segregue cada vez mais negros e brancos e que o correto seria fomentar a ascensão social dos pobres e não dos negros especificamente. Citaram o caso de um colega que é negro e filho de fazendeiro que estuda na FUP, que tal pessoa não precisaria das cotas, já que é oriundo de família rica. Apesar de alguns desses estudantes serem cotistas como negros, disseram que as cotas sociais seriam suficientes para reparar essa discrepância, onde a questão do mérito seria a definidora das posições na estrutura de classe entre pretos e brancos pobres, e quando perguntados se passariam sem as cotas raciais, os mesmos alegaram que sim, uma vez que no vestibular há um Bônus para os estudantes que moram próximo à região do Campus.

No segundo encontro e, por conseguinte, no segundo bloco, tratamos de três tópicos. O primeiro foi sobre a expectativa em relação ao curso. No campus da FUP todos os integrantes acreditam que houve mobilidade social, pois eram os primeiros da sua família a cursar um curso de nível superior, onde a maioria dos pais desses alunos tinham nível fundamental completo, e acreditaram que a Universidade seria o caminho para uma ascensão social. Quando perguntados sobre a motivação de se fazer um curso

superior, a maioria informou que foi por familiares e pela escola que “inculcou” neles a necessidade de se cursar um curso superior, sobretudo em razão da cidade de Planaltina ter seu próprio campus. O grupo Darcy, por seu turno, não acredita, em sua grande maioria, que houve mobilidade social por cursarem um curso superior. Alguns desses alunos já têm algum familiar com nível superior, mesmo os que não têm algum familiar formado acreditam que não foi um salto tão significativo na vida. Sobretudo em razão das políticas públicas de fomento e expansão das Universidade como o Reuni<sup>14</sup>, já que esse programa ampliou o quadro de vagas da UnB. Com isso esses entrevistados acreditam que essas políticas aumentaram consideravelmente as suas chances de inserção no curso superior, e em virtude disso, acreditam que a aprovação no vestibular pode não ser visto como um grande salto. Estes alunos acreditam em mobilidade social a partir da estrutura de classes, ou seja, com o aumento de renda após a diplomação, não no simples fato de incorporarem um corpo discente de nível superior.

O segundo tópico tratou da justificativa para a escolha dos cursos de cada um dos entrevistados, no Grupo Darcy a motivação pela escolha dos cursos demonstrou-se mais heterogênea, não havendo um consenso. Alguns disseram que foi por influência familiar, outros por mercado de trabalho e prestígio social e outros por que gostam do curso em si. Para o Grupo FUP, como no campus não existem uma diversidade de cursos, restringindo-se somente a poder escolher quatro cursos: Ciências Naturais, Educação do Campo, Gestão Ambiental e Gestão de Agronegócio, eles escolheram os cursos que mais se enquadraria as suas afinidades. Quando perguntados porque não optaram pelo Campus Darcy Ribeiro, disseram que talvez não tivessem chance real de aprovação e que como trabalham na própria cidade onde moram achariam demasiadamente desgastante ter que estudar em um local e trabalhar e morar em outro. No entanto, apesar da pouca possibilidade de escolha, demonstraram-se satisfeitos com o curso escolhido.

Nos grupos, todos disseram que o ingresso na Universidade ampliou seu espectro cultural, onde a Universidade, através de congressos e saídas de campos, fomentou o gosto por viagens e conhecer culturas diferentes. Algo que nos chamou a atenção foi o fato de alguns alunos nunca terem saído do DF. Em relação a outras

---

<sup>14</sup> Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Tal programa tem por objetivo a ampliação e expansão de vagas para as Universidades Federais.

práticas culturais como frequentar à biblioteca, por exemplo, esse gosto foi adquirido a partir do convívio com outros colegas e com a necessidade de se estudar. Sobre o gosto musical boa parte dos integrantes do grupo FUP possuíam já algum instrumento musical antes de entrar na Universidade, sobretudo instrumentos de cordas. No grupo Darcy, não houve um número significativo de pessoas que tivesse instrumento musical, apesar dos entrevistados informarem que o convívio com outros colegas fez com que ampliassem seu gosto musical, por músicas até então desconhecidas: como o Carimbó e o Cacuriá, estilo musical definido por eles como regionais. Em relação a esse mesmo tópico, o Grupo FUP disse não haver influencia nesse sentido, isto é, após o ingresso na universidade não chegaram a conhecer músicas diferentes dando ênfase maior ao sertanejo, música gospel e o rap.

Em relação ao teatro e cinema, o grupo Darcy demonstrou uma relação menos esporádica com esse tipo de hábito que o grupo FUP. Como estamos tratando de grupos focais, portanto, uma amostragem delimitada, não podemos generalizar, mas a maioria dos participantes do grupo FUP demonstrou ter uma relação menos frequente com esse tipo de evento. Porém no que concerne a outros eventos, sobretudo públicos, como shows o grupo FUP demonstrou demandar mais esse bem cultural que o grupo Darcy.

Em relação a TV e Internet, houve uma discrepância, o grupo Darcy diz ser altamente influenciado pelo convívio com outros colegas, passaram a assistir séries de TV's que até então não assistiam e utilizando sobretudo a internet como acesso a esse conteúdo. Enquanto que o grupo FUP diz não ter mudado muito o hábito televisivo ou da internet em relação ao ingresso na Universidade, exceto, é claro, para fins estudantis. Em relação à leitura de livros que não sejam acadêmicos, há uma certa simetria entre os grupos, no sentido de não lerem com frequência livros, jornais ou outros periódicos. Alguns citaram que quando o fazem, sobretudo em relação a notícias, fazem através da internet, principalmente pelo facebook.

O tópico final tratou da expectativa em relação ao mercado de trabalho, nos dois grupos os entrevistados demonstraram estar otimistas em relação ao ingresso nesse espaço, alegando em sua maioria que o diploma de nível superior, bem como estudar em uma instituição federal de qualidade, é fundamental para se conseguir um bom emprego. Acreditam, a grande maioria, que trabalharão nas suas respectivas

áreas de formação. Quando perguntados que tempo mais ou menos acham que estarão empregados, muitos acham que no máximo em 6 meses.

#### **4.2) ENTREVISTAS**

Trataremos aqui das entrevistas, este tópico será dividido em duas partes, a primeira consiste nas entrevistas com três pesquisadores/docentes e um gestor da Universidade acerca de como os mesmos analisam as políticas de ações afirmativas bem como outras questões referentes à temática de raça/cor no âmbito estudantil. A segunda parte trata dos ex-alunos cotistas da Universidade de Brasília.

Os entrevistados pesquisadores/ docentes e gestor (a) da UnB foram selecionados da seguinte forma, não por acaso, dois eram negros (as) e dois brancos (as), a entrevista consistia na percepção desses sujeitos em relação aos quase 12 anos de cotas na UnB bem como a questão raça/cor relacionado a esfera Universitária. Dos entrevistados, funcionários da universidade, três são pesquisador (a) /docente e um (a) exercia a função de gerencia em um departamento da Reitoria da UnB. O roteiro de entrevista baseava-se em dez questões para cada entrevistado, o questionário foi igual para grupo (Funcionários da UnB).

Houve uma certa discrepância entre a análise dos pesquisadores sobre a efetividades cotas para mobilidade social dos negros, principalmente os que possuíam raça/cor diferente, não obstante, os entrevistados negros tinham uma certa semelhança nas respostas, ao passo que os entrevistados brancos tinham ponto de vistas em comum. Em relação a como avaliaram as cotas na Universidade nesses anos, todos tiveram uma resposta consoante, as quais apontavam que as políticas eram para reparar uma dívida histórica com os negros, da necessidade e do desafio de uma universidade mais diversa e a importância da inclusão do negro nas camadas mais altas dos estratos sociais. Todos concordaram que a política de ações afirmativas é algo a ser pensada a longo prazo. De modo geral, todos avaliaram como positivo o pioneirismo da UnB, mas

observando a essencialidade de correções necessárias, já que o propósito inicial da UnB era atingir ao menos 20% de negros do DF para compor o quadro de estudantes da Universidade, objetivo que ainda não foi alcançado. Por isso, todos acharam que a renovação da política de ações afirmativas na UnB, após 10 anos, foi necessária e deve ser mantida.

Os entrevistados (funcionários) negros demonstraram uma certa inquietação em relação à forma como o corpo técnico e docente da UnB vem tratando a política de ações afirmativas. Segundo o pesquisador 1, as políticas de cotas não são bem compreendidas pelo corpo docente da Universidade, o “mau dos professores é acharem que não tem que dialogar para solucionar o problema com o aluno”. Problema esse, segundo o pesquisador 1, da dificuldade de inserção do negro na Universidade, dada a sua desvantagem em relação aos não cotistas. Como uma das perguntadas tratava da questão da importância da trajetória de vida dos estudantes cotistas para o desempenho na Universidade, os pesquisadores negros afirmaram que sim, que os negros em razão do seu passado histórico bem como a falta de capital cultural em suas trajetórias de vida são responsáveis, em certa medida, por um “atraso” em relação aos não cotistas, no entanto, como responde o pesquisador 1 “a trajetória do negro é mais difícil, porém é superável”. Ou como diz o pesquisador III: “Isto pode impactar sim, ao menos em alguma dimensão, a trajetória de estudantes negros/os, mas sem implicar com isso um determinismo derrotista para tais estudantes”. Já os pesquisadores II e IV, acreditam que não, que o passado histórico ou a falta de capital cultural não são determinantes para o bom desempenho dos estudantes, uma prova disso, segundo a pesquisadora IV, é o desempenho dos cotistas em relação aos não cotistas nos dados disponibilizado pela UnB<sup>15</sup>. Apesar de reconhecerem que os estigmas sociais que os negros incorporam estarem cristalizados no imaginário social, ambos pesquisadores acreditam que com esforço e dedicação por parte dos cotistas é possível ter mobilidade social através da educação.

De fato, apesar de estudantes cotistas de alguns cursos da UnB terem uma ínfima diferença no IRA em relação aos não cotistas, nenhum dos pesquisadores enxergam que o negro tenha um desempenho aquém dos brancos, inclusive alguns dos

---

<sup>15</sup> Análise do Sistema de Cotas Para Negros da Universidade de Brasília. Período: 2º semestre de 2004 ao 1º semestre de 2013

entrevistados se espantaram com a pergunta se em sala de aula conseguiam ver se havia uma discrepância de performance entre negros e brancos.

Em relação à questão da auto declaração, como negro, os pesquisadores II e IV demonstram-se favoráveis à política, sobretudo por ser uma determinação legal (lei 12.711/12) e por acreditarem que essa questão de raça é antes de tudo algo subjetivo, que compete somente à pessoa se definir como negra ou não. Os pesquisadores I e III, já demonstraram uma preocupação em relação às fraudes que isso pode gerar. No entanto, o pesquisador III disse que prefere aguardar dez anos da promulgação da lei, para verificar o que de fato ocorrerá. O pesquisador I, por seu turno, se diz favorável a uma banca examinadora para verificar se de fato o candidato é negro com o objetivo de evitar as fraudes. Como a questão da banca é bastante controversa (afinal o olhar do examinador pode diferir do olhar do examinado), o pesquisador I sugeriu algo interessante. De acordo com esse docente, “o professor José Jorge de Carvalho e a professora Rita Segato<sup>16</sup>, avaliavam que nos casos de auto declaração, os estudantes cotistas aprovados no vestibular no dia da posse deveriam ser chamados coletivamente para a assinatura do termo, onde isso em certa medida poderia constranger os “fraudulentos” a não comparecem para a assinatura do termo”.

O método de entrevista com os ex-alunos não diferiu muito das entrevistas anteriormente relatadas, no entanto, a amostra é um pouco maior, totalizando 18 entrevistados.

Diferente da experiência com os alunos entrevistados no grupo focal, a entrevista com ex-alunos da UnB tem como intento observar a relação desses com o mercado de trabalho, após a obtenção do diploma, verificando se o capital cultural adquirido por esses estudantes continua se reproduzindo fora dos muros da universidade.

Para a consecução dessas entrevistas foi aplicado um questionário com 18 perguntas, tratando de questões desde a trajetória familiar até a trajetória no mercado de trabalho desses indivíduos. Entre os entrevistados havia pessoas formadas nos respectivos cursos: Pedagogia (cinco entrevistados), Ciências Naturais (FUP) (dois

---

<sup>16</sup> Esses dois autores são responsáveis em grande medida pela insistência de se promover as Políticas de Ações Afirmativas na UnB.

entrevistados), Serviço Social (dois entrevistados), Ciências Sociais (dois entrevistados), Biologia (dois entrevistados), Matemática (um), Filosofia (um) e Artes (dois), Letras (um).

Os ex alunos entrevistados têm, em sua maioria, um traço em comum, além de serem negros/cotistas, boa parte é oriundo de escola pública, exceto três entrevistados que eram de escola particular.

Uma das questões tratava do motivo responsável por desenvolverem o interesse em cursar um curso superior, 4 (quatro) dos entrevistados atribuíram à família, 2 (dois) ao mercado de trabalho e o restante por considerarem que teriam uma aptidão para o curso escolhido. É interessante ressaltar que dos que cursaram por opção familiar, todos tinham alguém da família com um curso superior.

Dos entrevistados somente dois cursam ou cursaram pós-graduação, são os alunos do curso de Biologia, estes cursaram até o doutorado. O restante dos entrevistados disse que acham necessário fazer uma pós-graduação e pretendiam iniciar o quanto antes possível.

Uma característica comum entre os diplomados foi a questão se eles tiveram ou não dificuldade de se inserir no mercado de trabalho após a conclusão do curso, bem como se estão trabalhando em sua área de formação. Dos entrevistados, seis trabalham nas suas respectivas áreas, ao passo que os demais estão trabalhando em outros domínios. Um dos entrevistados, do curso de biologia, mesmo possuindo o título de Doutorado, disse que teve dificuldade para conseguir emprego. Isso, segundo ele, por dois motivos, ultimamente não tem saído concursos para sua área (virologia) e o mercado de trabalho nessa área em Brasília é muito escasso, o mesmo cogitou sair da sua cidade para participar de concursos em outros estados. Porém, por influência do seu grupo (capital social) o mesmo conseguiu trabalhar em sua área de formação. Essa dificuldade também se aplica ao doutorando de Biologia, ele enxerga que após conseguir seu título talvez tenha a mesma dificuldade para conseguir emprego na área. Outros dois entrevistados, apesar de não conseguirem trabalhar em sua área de formação, não tratam isso como algo necessariamente problemático, uma vez que passaram em concursos públicos bastante concorridos, como o caso dos entrevistados que cursaram matemática e pedagogia, respectivamente. Os demais tiveram dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, mesmo que não seja voltado à sua área de formação, a esses (as) restaram três opções: trabalhar com o que não queriam para se

manter, continuar trabalhando no mesmo emprego que tinham durante a graduação ou estudar até passarem em um concurso público. De acordo com os recortes feitos, foi verificado que os diplomados que optaram pelo curso em razão da família, a maioria está trabalhando em empresas privadas não voltadas a sua área de formação, enquanto os que optaram por “vocação” estão melhor empregados. A escolarização dos pais dos diplomados não tem muita discrepância, a maioria dos pais possui nível médio completo. No entanto, boa parte deles (11 entrevistados) já tinham em suas famílias parentes que tinham curso superior, não necessariamente em Universidades Federais.

Em relação à ascensão social, a maioria considera que não houve mobilidade social em suas trajetórias, ou por estarem morando com os pais, ou mesmo os que não moram com os pais, por consideram que hoje ganham menos que sua renda familiar. No entanto, um dos entrevistados, por exemplo, afirmou que houve mobilidade só pelo fato de ter saído de casa, mesmo ganhando menos que os pais. A maioria dos entrevistados que não trabalham em sua área de formação não conseguia identificar que houve uma mobilidade social em suas vidas (no que se refere à estrutura de classes) por acharem que para a função que desempenham atualmente não precisaria de curso superior. Dos que consideram que houve mobilidade um não trabalha na sua área de formação e outro atua na sua área de formação e os dois que passaram em concurso público mesmo fora da sua área consideram que houve mobilidade, isto é, como eles (as) mesmo dizem “ascenderam de classe”.

Em relação ao capital cultural adquirido na sua trajetória acadêmica poucos continuam a exercer o “*habitus* adquirido” durante a fase universitária. A maioria diz não ter tempo, em razão de trabalharem em tempo integral, a se dedicar as atividades que desenvolviam quando faziam faculdade. Dos entrevistados, os que mostraram continuar exercendo as atividades culturais que executavam em sua época de faculdade são os dois entrevistados do curso de Ciências Sociais. O quadro a seguir ilustrará a frequência de práticas culturais dos diplomados

Frequência	Cinema	Museu	Teatro	Biblioteca	Shows
Não	0	2	4	2	1
Raramente	5	6	7	2	2
Às vezes	9	5	5	11	10
Frequentemente	4	5	2	3	5

Após as entrevistas e os grupos focais, percebemos algumas falas recorrentes, como racismo, expectativa em relação ao mercado de trabalho e Universidade. Observamos também que a fala dos entrevistados em relação à mobilidade social é tratada de forma diferente que nós abordamos no decorrer do trabalho. A referência à mobilidade, talvez, mais condizente com a nossa seria a dos entrevistados de Planaltina, que percebem a mobilidade através da inserção no curso superior. Fato é que talvez essa noção seja condicionada em função da baixa escolaridade de seus pais e familiares. Porém, isso não desconfigura a noção de mobilidade, mesmo que seja de baixa escala. Os estudantes do Darcy em sua maioria, sejam graduandos ou graduados tem a mesma noção de mobilidade, salvo por um ou outro, boa parte deles consideram a mobilidade a partir do momento que ganharem mais que seus pais e não estiverem mais morando com eles. De todos os entrevistados, a noção de que o racismo ainda opera no Brasil é muito forte, os pesquisadores (docentes) negros dizem se sentir solitários na academia, mas que tem amigos que são solidários com sua situação, apesar de informar que sentem que a Universidade é um ambiente extremamente preconceituoso, e como diz o pesquisador 1 “eles estão perdendo o medo de ser racistas”. O que no início era algo velado passa a ser explícito.

---

<sup>17</sup> Na tabela de frequência, entende-se por como **NÃO** um hábito que não era praticado durante a graduação e nem após ela. Por raramente, atividades já frequentada, no entanto a mais de 2 anos. Às vezes, por atividades frequentada ao menos uma vez nos últimos dois anos.

Apesar da UnB ter projetos para cotas raciais para os professores entrevistados, isso ainda vai depender da discricionariedade de cada departamento, como é feito atualmente com a pós-graduação. Segundo a gestora da reitoria, a Faculdade de Direito será a pioneira nessa estratégia. Em relação ao racismo, me chamou a atenção a fala de algumas meninas do grupo Darcy que se diziam vitimadas em relação ao sexo, uma vez que os negros não queriam as negras e o que para elas o correto seria “preto namorar com preta”. Como essas meninas militaram (ou militam) pela causa negra não posso dizer se isso é uma influência direta do grupo ou por se sentirem resignadas quanto a preferencias dos negros em relação a outras mulheres que não fossem elas.

Em relação ao mercado de trabalho, os estudantes graduandos, independentemente do campus, são otimistas em relação ao mercado de trabalho, talvez se fizessem uma entrevista com estudantes graduados pudessem mudar de posição.

Ficou evidente que o mito da democracia racial ainda opera no imaginário dos negros e dos brancos, no Grupo FUP na discussão sobre cotas raciais e cotas sociais demonstraram uma certa apatia pelas relações raciais, cujo o tema seja especificamente o negro, enxergando o problema como de classe e não de raça. O mesmo pode-se dizer das entrevistadas (Pesquisadora 2 e 4 que são gestora e pesquisadora respectivamente) que se auto declararam como brancos (as). Para alguns entrevistados, por mais que se tente fazer uma reparação histórica em relação ao negro, o correto seria o investimento no sistema de cotas sociais, já que o mais preocupante para esses entrevistados (as) seria o fato da pobreza e não da cor, já que “somos todos iguais”.

## Considerações Finais

Apesar de toda a luta e protagonismo que a UnB teve para que se viabilizasse as políticas de ações afirmativas, percebemos, recentemente que a Universidade vem redirecionando suas políticas. Desde 2014 a Universidade destina somente 5% das suas vagas para o sistema de cotas para negros. Os 95% restantes ficaram divididos em 45% Universal e 50% cotas de escolas públicas. Conforme conversado com o gestor (a) da reitoria, pesquisadores e docentes, essa alteração se faz em razão da urgência da Lei nº 12.711 (Lei de cotas de escola pública). O percentual étnico-racial da Lei de Cotas reflete o censo do IBGE (2010), realizado a cada dez anos no país. No Distrito Federal, 198.072 pessoas se declararam negras, 1.239.882 pardas e 6.128 indígenas de um total de 2.570.160 habitantes. A soma desses grupos representaria 56% da população local.

Esse percentual de 5% só se manteve em razão do Processo de Avaliação Seriada (PAS) não ofertar desde 2004 um percentual para negros. Isto é, esses 5 míseros por cento seria para reparar 11 anos da não implementação das cotas no PAS. De todo modo, o que podemos perceber, de tudo que foi apresentado no trabalho é que as cotas de escolas públicas na realidade representam nada mais nada menos que um poder simbólico. E as políticas públicas do Brasil (bem como boa parte do país) não querem aceitar por circunstância alguma que haja algum problema de raça e sim de classe. Onde acaba impactando, inclusive, nas políticas públicas voltadas para mitigar essas barreiras raciais. Como consta no próprio relatório do sistema de cotas da UnB, a lei em questão traria desvantagens para os negros:

Nesse contexto geral, as desvantagens numéricas entre brancos e negros serão contundentes. Se somar os 25% reservados pelas cotas para os brancos de escola pública aos 50% de vagas ditas gerais (que serão de fato ocupadas pelos brancos de escolas particulares), as vagas ofertadas pelas instituições federais tenderão a ser assim distribuídas: • brancos: 25% de escolas públicas + 50% de escolas privadas = 75% das vagas • negros: 25% das vagas mais desigual ainda será a relação entre os brancos de classe média e os negros de classe média no que tange à conquista de vagas. • brancos de classe média: 50% + 12,5% = 62,5% do total de vagas: • negros de classe média: 12,5% do total de vagas.

O que torna essa situação ainda mais calamitosa é que esse ideal (mito da democracia racial) perpassa o imaginário de alguns estudantes, vide o caso do campus da FUP. Com isso, não há como depreender que a questão da imobilidade social para o negro tenderá a se prolongar ainda mais, se considerarmos a escola como o pivô principal para a mobilidade.

Uma das consequências esperadas ao longo deste trabalho foi em se verificar a relação mobilidade social e educação, bem como do acúmulo do capital cultural a partir do momento que os cotistas ingressam na universidade.

Como o tema mobilidade social não é consensual, afinal como definir o que é mobilidade? Por mais que tenhamos tratado em um capítulo específico o tema em si, quando fazemos entrevistas, qualitativas, devemos levar em consideração as noções dos entrevistados em relação aos conceitos, o pesquisador não pode simplesmente impor à sua noção ao pesquisado. Sendo assim, se considerarmos a mobilidade social, mesmo que de curto alcance, constataremos que a maioria dos entrevistados tiveram mobilidade intergeracional, uma vez que pouco mais de 80% dos pais dos entrevistados não tinham curso de nível superior. No entanto se formos considerar a perspectiva dos entrevistados, boa parte demonstrou não ter tido mobilidade intergeracional, por mais que tivessem escolarização superior à de seus pais. Com efeito tratar dessa questão como sendo um todo, ou seja, como uma maioria quantitativa seria um tanto quanto temerário. Vimos que dependendo da conjuntura a noção de mobilidade muda, no campus de Planaltina isso ficou nítido. O simples fato desses alunos estarem cursando o nível superior, para eles, já é um reflexo direto de mobilidade social. No entanto, os dois entrevistados, já formados pelo campus da FUP, ao ingressarem no mercado de trabalho não consideraram que houvesse tido mobilidade. Para eles a mobilidade esteve presente na graduação, fora dela, a mobilidade deixa de existir, já que como informado por eles próprios a função que exercem hoje não tem por requisito a obtenção de um título de curso superior, mesmo após se formarem continuam trabalhando no emprego que conseguiram durante sua fase acadêmica. Percebemos, também que a mobilidade de curta distância (via ingresso no curso superior) não é suficiente para mitigar as desigualdades, constatamos isso nos dois estudantes formados pela FUP.

Em relação ao acúmulo de capital cultural, para essa amostra, demonstrou-se que poucos ex estudantes incorporaram o *habitus* que adquiriram na academia. Por mais que aleguem que a questão se pauta no tempo escasso, acredito ser essa razão um tanto quanto improvável. Grosso modo, podemos inferir que a maioria das pessoas que trabalham, independentemente de sua classe ou posição social trabalham em média de 8 horas diária, se bem, que cargos de mais prestígio social, como advocacia, professores universitários e tantos outros, demandem até mais tempo, uma vez que esses profissionais trabalham fora dos seus “expedientes” e isso não cria óbice para que estes continuem exercendo suas atividades culturais. Neste sentido, podemos depreender que o capital cultural no seu sentido incorporado é determinante para que as pessoas continuem exercendo suas atividades culturais, independentemente do meio que se inserem ao longo de suas trajetórias de vida.

Um aumento de renda, entre os ex estudantes entrevistados (em razão da sua inserção no mercado de trabalho), não demonstrou uma propensão maior ao consumo cultural, como no capital cultural no sentido objetivado (aquisição de bens culturais materiais), exceto por Tv a Cabo. O que ficou provado foi realmente o contrário, já que quando não trabalhavam e estudavam e mesmo pela pouca renda que tinham eles demandavam mais cultura. No entanto ao que tange a questão do problema: qual a importância do capital cultural no sentido incorporado para o desempenho dos estudantes cotistas na UnB e sua mobilidade social no sentido ascendente?

Verificamos o seguinte. Dos 18 entrevistados, 17 estão no mercado de trabalho e um desempregado (a), a estudante que se encontra desempregada diz que prefere dedicar-se a maternidade para depois ingressar no mercado de trabalho.

Os 17 empregados estão alocados no mercado de trabalho da seguinte forma: 9 não estão trabalhando em sua área de formação, todos no setor privado ou exercendo o mesmo trabalho que exerciam durante a graduação ou estão trabalhando para se manter. Constatamos que 6 estão trabalhando na sua área de formação ou como cientistas ou como docentes (alguns professores temporários). Os dois restantes apesar de não estarem trabalhando na sua área de formação são funcionários públicos.

Em relação a mobilidade ascendente consideraremos somente os estudantes que necessitarão do capital cultural, no caso institucionalizado, para exercer seus respectivos cargos. De modo que fica assim dividido:

**Setor Privado:** Dos 9 Graduados 3 exercem cargos/funções que exigem curso superior.

**Área de Formação:** Obviamente todos que atuam nas suas respectivas áreas necessitam de diploma de nível superior.

**Funcionários Público:** Todos os 2 ex alunos concursados, foram aprovados em curso de nível superior.

Destes dados podemos depreender que o capital cultural, sobretudo no seu sentido Institucionalizado, foi determinante para que estes estudantes pudessem ascender na estrutura de classe.

O trabalho também levou em consideração responder uma hipótese. Se o capital cultural herdado era determinante no desempenho dos estudantes cotistas. Pois como assevera Bourdieu:

Cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes em face do capital cultural e da instituição escolar” (Bourdieu,1998, p. 42).

A escola, para Bourdieu não é um local onde o conhecimento é transmitido de forma democrática, por mais que assim a escola o faça parecer. Para Bourdieu a escola não seria uma instituição imparcial que, simplesmente seleciona os mais talentosos a partir de critérios objetivos, a escola seria por excelência o local onde os valores dominantes são perpetuados.

Pelo exposto, considerando que a Universidade de Brasília, sobretudo o campus Darcy Ribeiro, seja por excelência o local de estudo dos filhos dos grupos dominantes, percebemos que a teoria de Bourdieu, nesse caso específico, ganha uma nova roupagem de problematização dadas as evidências empíricas. Isto é, ela é parcialmente falseada e parcialmente ratificada. Percebemos que dentro da Universidade os valores

dominantes se perpetuam, no entanto, esse volume de capital cultural, a priori, não causou grande impacto no que concerne ao rendimento acadêmico dos estudantes, por outro lado a teoria coaduna com a realidade no que tange a perpetuação dos valores dominantes através da escola. Se de fato a escola transmite o valor dos grupos dominantes, podemos verificar essa proposição através da ênfase que foi dada pelos estudantes entrevistados quanto ao conhecimento de músicas, até então diferente para eles, como o Cacuriá e o Carimbó. A quem me refute alegando que a maioria dos entrevistados cursavam cursos de Humanas, de tal modo que, talvez, esses alunos tenham uma “propensão maior a consumir culturas menos comercializadas”. Pois bem, não precisaríamos nem se quer cogitar isso, um bom exemplo são os alunos do curso de medicina da UnB, que desenvolvem um trabalho cultural que se foca exclusivamente no toque de bateria<sup>18</sup>, nada que pudesse ser considerado como um curso de “personalidade” de estudante de humanas, concordam?

Considerando todo o esforço que foi feito no decorrer do trabalho para que não se levasse mais em consideração as ideologias (no sentido marxista) raciais, existem perspectivas que não estão ligadas a essas ideologias, mas que de certa forma problematizam com a questão das políticas de ações afirmativas e os efeitos que ela possa vir a causar a cultura negra, como o Multiculturalismo por exemplo, uma vez que este afirma, e com uma certa razão, que, talvez, a política de ações afirmativas pudesse na realidade está deixando o Negro menos Negro, isto é, coagindo –o a integrar-se a uma sociedade liberal da qual, talvez, ela não tenha interesse em fazer parte e que seu “gosto” estaria se adequando ao gosto do Branco, em outros termos que a Política de ações afirmativas pudesse está confirmando a negação da alteridade negra na sociedade brasileira as custas de sua ascensão social. Ora se levarmos em consideração a proposição do multiculturalismo estaríamos incorrendo em um erro capital, afinal, por mais que o negro esteja sendo cooptado pela sociedade dita branca, percebo que esse cooptação se faz necessário, tendo em vista a noção do **arbitrário dominante** difundida por Bourdieu. Como explanado anteriormente a cultura dominante é arbitrária e essa se consolida através da luta dos agentes nos campos sociais. Por mais que o sociólogo Bourdieu considere que há uma certa independência entre os campos e que eles possuam hierarquia e lógicas próprias, o autor afirma que

---

<sup>18</sup> Atlética Insana – Medicina UnB.

o campo econômico tende a impor a sua estrutura aos demais campos (Bourdieu, 1989)  
Sendo assim, não podemos olvidar que o capital econômico é de sumária importância para a visibilidade do indivíduo na sociedade de classe, dessa forma por mais que a perspectiva multiculturalista sugira que os negros e outras culturas, devam ser reconhecidas a partir de suas próprias noções, sabemos que para esse reconhecimento é necessário antes de tudo que haja uma pirâmide social mais heterogênea, assim o negro terá mais artifícios para imprimir o seu “arbitrário cultural dominante”.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANA,2015.l[http://amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=exibeFaq&cod\\_canal=69&cod\\_pergunta=6175](http://amaivos.uol.com.br/amaivos2015/?pg=exibeFaq&cod_canal=69&cod_pergunta=6175) (Visto em Novembro de 2015)

ARAUJO, Marcia – A escola da Frente Negra Brasileira na Cidade de SP). Acessando em: <http://www3.fe.usp.br/secoes/semana08/completos/sessoes/mlpa.swf> acessado no dia 09/12/15

BORIS, Fausto. História do Brasil, ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento, 1979

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre (2003). A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Ed.

BOURDIEU, Pierre. (2008). A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre/São Paulo: Zouk/Edusp

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. MICELI, S. (org.). São Paulo: Perspectiva, 2009a.

BOURDIEU, Pierre. (2010). O poder simbólico. 14ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CAMPOS, 2004 MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde Claudinei José Gomes Campos. Brasília

CARDOSO, Fernando Henrique. Do escravo ao cidadão. IN: BASTIDE, Roger. Brancos e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 2 ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 2008.

DUSSEL, Henrique 1492 O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferencias de Frankfurt. Tradução Jaime A. Clasen – Petropolis, RJ Ed. Vozes 1993

FERNANDES, Floresta e BASTIDE, Roger (2008) Brancos e Negros em São Paulo. Ed. Global, SP

FERNANDES, Florestan; BASTIDE, Roger. O preconceito racial em São Paulo. In: \_\_\_\_\_. Brancos e negros em São Paulo. São Paulo, EDUSP, 1951.

FERNANDES, 1968:69 – Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento – RJ– Ed. Zahar)

FERNANDES, D. (2005). Estratificação Educacional, Origem Socioeconômica e Raça no Brasil: As Barreiras da Cor. In: IPEA. Prêmio IPEA 40 Anos – IPEA – Caixa 2004: Monografias Premiadas. Brasília: IPEA. (p.21-72).

FERNANDES, Danielle, Guimarães, Aline “Estratificação educacional no ensino superior  
ACESSADO EM:

[http://aforges.org/conferencia3/docs\\_documentos/SESSOES%20PARALELAS/5\\_Acesso%20e%20Permanencia%20na%20Educacao%20Superior/D%20Fernandes\\_A%20Guimaraes\\_Estratificacao%20educacional.pdf](http://aforges.org/conferencia3/docs_documentos/SESSOES%20PARALELAS/5_Acesso%20e%20Permanencia%20na%20Educacao%20Superior/D%20Fernandes_A%20Guimaraes_Estratificacao%20educacional.pdf)

GATTI, B. A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livro, 2005.

GUIMARAES, Antônio Sérgio Alfredo Classes, Raça e Democracia. Ed. 34 SP. 2002

GOMES, Joaquim B. Barbosa. Ação Afirmativa e o princípio constitucional da igualdade: O direito como instrumento de transformação Social: A experiência dos EUA. Ed. Rio de Janeiro: Renovar 2001.

HASENBALG, N. e SILVA, N.V. *Origens e Destinos*, ed. Rio de Janeiro - RJ: 2003

HASENBALG, Carlos (2005) *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Ed. UFMG

HOMANS, G. 1950. *The human group*. New York: Harcourt, Brace and Company

LEMONS, Marcelo Rodrigues ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NA TEORIA DE MAX WEBER: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO TEMA. Revista (Illuminart /Ano/IV nº 9/ 5 de Nov/2012

LERVOLINO, SA.; PELICIONI, MCF. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. Rev Esc Enf USP, v. 35, n.2, p.115-21, jun, 2001

LEVI-STRAUSS, Claude. *Raça e história*. Lisboa: Presença, 1973. 151 p.

MARX, K. e Hegel, F. *O Manifesto Comunista (1848)*, 1999. Acessando em:  
[www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf](http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf)

(MANHEIM, k. e Stewart, W.A.C. *Introdução à sociologia da educação*. SP. Ed. Cultrix, 1962)

MENEZES, Paulo Lucena de. *Ações Afirmativas: Os modelos jurídicos internacionalistas e a experiência brasileira*. 2 ed, 2003.

MOZZATO Anelise Rebelato e Denize Grzybovski Disponível em <http://www.anpad.org.br/rac>  
RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, pp. 731-747, Jul./Ago. 2011

NERI, Marcelo Os EMERGENTES DOS EMERGENTES 2011, Acessado em:  
[http://www.cps.fgv.br/cps/bd/nbrics/NBrics\\_Pesquisa\\_neri\\_fgv.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/nbrics/NBrics_Pesquisa_neri_fgv.pdf)

(PETRÔNIO Domingues – Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos) (2007).

RÊSES, Erlando da Silva – E com a palavra: os alunos – estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio. Dissertação de mestrado. Brasília:UnB, 2004

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa (2003) Estrutura de Classe e Mobilidade Social no Brasil. Ed. Edusc, SP.

SCALON, Maria Celi (1999) Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências, RJ. Ed. Revan, 192p.

SANTOS, Sales Augusto. A Lei nº 10639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. Brasília: MEC, 2005.

SETTON, Maria da Graça Jacintho A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea, 2002

SILVA, Gilda Olinto do Valle CAPITAL CULTURAL, CLASSE E GÊNERO EM BOURDIEU, 1995

SIQUEIRA, Carlos Henrique Romão de O Processo de Implementação das Ações Afirmativas na Universidade de Brasília(1999-2004)

Stolzman; Gamberg – Marxist class analysis versus stratification analysis as general approaches to social inequality. P. 106, 1973-1974.

WEBER, M. Classe, “status”, partido. In: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Org.). Estrutura de classe e estratificação Social. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WEBER, M. Classe, estamento, partido. In: GERTH, Hans e MILLS, Wright (Org.). **Max Weber - Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 211-228.

## ANEXOS

### Questionário para Entrevista com Pesquisadores e Gestor(a)

#### PARTE I

- 1) Como a Senhor (a) avalia esses quase 12 anos de cotas na UnB?
- 2) O projeto inicial era que o sistema de cotas durasse por 10 anos, ele foi prorrogado por mais 10, o (a) senhor (a) acha que os 10 anos iniciais não foram suficientes?
- 3) Por mais que a UnB tenha renovado o prazo de cotas para negros ela vem gradualmente diminuindo esse percentual em favor das cotas sociais. Qual a sua posição nesse sentido?

#### PARTE II

- 4) Recentemente foi publicado pela UnB um relatório sobre os 10 anos de sistema de cotas, uma coisa que me chamou a atenção é que na maioria dos cursos o IRA dos estudantes cotistas formado é razoavelmente menor que os dos estudantes do sistema universal. Você como professora concorda com esses dados?
- 5) A partir desses dados o (a) senhor (a) acha que é possível induzir que de alguma maneira os cotistas tenham uma certa dificuldade nas avaliações?
- 6) Os únicos cursos em que os Negros tiveram um IRA maior foram (música, letras, educação artística, biblioteconomia e gestão do agronegócio), no entanto esses cursos tem um número de evasão maior de brancos que de negros. O senhor (a) acha pelo alto índice de evasão dos brancos que os negros conseguiram ter um IRA maior?
- 7) Tem dois cientistas sociais, o Brasileiro Antônio Guimarães e o Argentino Carlos Hasenbalg que tratam da questão da desvantagem dos negros no início da sua trajetória de vida, em razão do seu passado histórico. O sociólogo francês Pierre Bourdieu tratava da questão do capital cultural como determinante nas trajetórias de vida na estrutura de classes. O (a) senhor (a) acha que de alguma maneira essas desvantagens (passado e falta de capital cultural) poderiam interferir na trajetória dos estudantes após ingressarem na Universidade pelo sistema de cotas?

#### PARTE III

- 8) Qual a opinião da UnB sobre a auto declaração como negro? Aquele episódio dos gêmeos de alguma maneira foi determinante para que as entrevistas fossem extintas?
- 9) Um dos efeitos almejados pelas cotas é que os negros passem a compor graus mais elevados na estrutura das classes. No entanto ainda se percebe, na UnB, que há poucos professores negros. Eu por exemplo, das pouco mais de 40 disciplinas que cursei durante minha graduação só tive

um professor negro. A UnB vem tomando alguma medida no sentido de preencher o corpo docente com mais negros?

10.1) E o (a) senhor (a) como professor negro como se sente trabalhando em um ambiente pouco heterogêneo?

#### PARTE IV

11) A UnB subsidia o programa AfroAtitude, onde a UnB disponibiliza uma bolsa para os alunos que fazem parte do projeto. No entanto diferentemente do programa bolsa permanência o edital do programa afro atitude exige uma contrapartida. De 12 horas (no edital não fica claro que são semanais ou mensais- de qualquer forma em razão da antiga bolsa permanência exigir uma contrapartida de 12 horas semanais acredito que o do programa também o seja) esses dois projetos que tem o mesmo objetivo no sentido de diminuir as desigualdades de renda não estão operando de maneiras diferentes em razão de um exigir contrapartida e outro não?

11.1). Por mais que se alegue que essas horas sejam voltadas para o Programa, uma exigência de 12 horas semanais ou mensais. Não seria um pouco excessiva. Já que as reuniões do Afro duram até 2 horas por semana?

12). Essa exigência de uma contrapartida não colocaria óbice na participação do programa? Uma vez que as bolsas não podem ser acumuladas, dando a entender que o estudante optaria em fazer parte do Bolsa permanência ao invés do programa afro atitude?

## ANEXO II

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Essa pesquisa tem como objetivo analisar a participação dos estudantes cotistas na Universidade de Brasília e verificar em que medida à Universidade serviu de instrumento para a acumulação de capital cultural. Para tanto serão entrevistados estudantes correspondente ao período de 2010 a 2015, de modo que é necessário de um ponto de vista, do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), Pesquisadores que tratam da temática negra, professores a esse respeito.

O Senhor (a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhes asseguramos que o seu nome, caso decida pelo sigilo, não será publicado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através das omissões de quaisquer informações que permitam identificá-lo (a). A sua participação será por meio de entrevista, ou através de e-mail. Em relação a entrevista não existe um tempo pré-determinado para a mesma, sendo respeitado o tempo de cada um para responder às perguntas.

Se o senhor (a) concordar em participar da pesquisa, mas, por algum motivo mudar de ideia terá todo o direito de sair a qualquer momento sem nenhum prejuízo. O senhor (a) poderá também se recusar a responder qualquer questão que julgar constrangedora. Esclarecemos ainda que esse termo lhe será entregue em duas vias; uma cópia ficará com o participante e a outra será entregue à pesquisadora.

Os resultados das pesquisas serão utilizados para a elaboração do trabalho final de conclusão de curso de graduação, do Curso de Sociologia da Universidade de Brasília. Os dados matérias utilizados na pesquisa ficarão sob os cuidados da pesquisadora.

**Nome do Participante:**

---

**Assinatura do Participante**

---

**Pesquisadora responsável:**

Caio Eduardo Oliveira Leastro

**Orientadora Responsável**

Sayonara de Amorim Gonçalves Leal

Local e data:

Brasília, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### ANAEXO III

#### QUESTIONÁRIO COM EX - ALUNO

- 1) Em qual cidade você mora?
- 2) Em qual curso você se formou na UnB?
- 3) Você é oriundo (a) de escola pública ou particular?
- 4) O que fez você optar pelo seu curso? (Aptidão pela área? Família? Prestígio social? Demanda candidato vaga? Mercado de trabalho? )
- 5) Pretende cursar ou já cursa pós-graduação?

- 6) Após a diplomação você teve dificuldade em se inserir no mercado de trabalho?
- 7) Você atua na sua área de formação?
- 8) Qual a escolarização dos seus pais?
- 9) Atualmente você considera que houve mobilidade de classe na sua vida com a aquisição de diploma? Chega a ganhar mais que seus pais? Ainda mora com eles?
- 10) Durante sua trajetória acadêmica até os dias atuais, você exerce atividades culturais que não exercia? Tais como, falar outra língua? gosto por estilo de músicas diferentes? (se sim, quais), aprimorou seu gosto por literatura? Em matéria alimentar (comidas até então desconhecidas ou não experimentadas bem como bebidas?) Cinema, teatro, restaurantes, festas, passou a assistir documentários ou series de tv que não assistia?
- 11) Você considera que a Universidade (e interação com colegas de outras classes sociais) em certa medida foi responsável por essa aquisição de novos gostos?
- 12) ( ) foi a exposição de arte ou museus nos últimos dois anos?
- 13) ( ) foi à biblioteca nos últimos dois meses?
- 14) ( ) tem assinatura de revistas ou jornais? Com que frequência lê?
- 15) ( ) possui instrumento musical? Possuía antes da graduação?
- 16) ( ) Possui Tv a cabo? Possuía antes da graduação?
- 17) ( ) qual seu estilo de música favorito?
- 18) Quantas vezes você vai a shows por ano?